



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

Nº 0004/2016

PROCESSO Nº 23475.000317/2016-31

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – *Campus Luzerna* por intermédio da pregoeiro designados pela Portaria nº 138/2015 de 19 de agosto de 2015, e da equipe de apoio designados pela Portaria nº 26/2016 de 16 de fevereiro de 2016, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade **Pregão**, para **Registro de Preços**, na forma **Eletrônica**, tipo **Menor Preço por Item**, para eventual **Contratação de empresa(s) especializada(s) para a realização de serviço de sondagem do solo a percussão com ensaio *Standard Penetration Test* (SPT)**, visando a determinação da estratigrafia e classificação do solo, a posição do nível d'água e a medida de índice de resistência à penetração NSPT, de acordo com a norma ABNT NBR 6484/2001 e demais pertinentes, nos terrenos destinados à ampliação e implantação de edifícios no Instituto Federal Catarinense – Reitoria, *Campus Luzerna*, *Campus Camboriú*, *Campus São Francisco do Sul*, *Campus Fraiburgo*, *Campus Ibirama* e *Campus Videira*. nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto o registro de preços para e eventual **Contratação de empresa(s) especializada(s) para a realização de serviço de sondagem do solo a percussão com ensaio *Standard Penetration Test* (SPT)**, visando a determinação da estratigrafia e classificação do solo, a posição do nível d'água e a medida de índice de resistência à penetração NSPT, de acordo com a norma ABNT NBR 6484/2001 e demais pertinentes, nos terrenos destinados à ampliação e implantação de edifícios no Instituto Federal Catarinense – Reitoria, *Campus Luzerna*, *Campus Camboriú*, *Campus São Francisco do Sul*, *Campus Fraiburgo*, *Campus Ibirama* e *Campus Videira* conforme especificações constantes do **Termo de Referência – Anexo I** e demais condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.3 Havendo divergências entre a descrição do objeto constante deste edital e a descrição do objeto constante no site www.comprasnet.gov.br, “SIASG” ou Nota de Empenho, prevalecerá a descrição deste Edital.

2. DO ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DO CERTAME

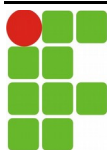
2.1 A sessão pública do pregão, na forma eletrônica, terá início com a divulgação das propostas de preços recebidas e início da etapa de lances, no endereço eletrônico, dia e horário abaixo discriminados:

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

DATA: 26/07/2016

HORÁRIO: 09h00min. (Horário Oficial de Brasília – DF)

CÓDIGO UASG: 152663





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

2.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

2.3 Todos os horários estabelecidos neste edital, no aviso e durante a sessão pública observarão para todos os efeitos, o horário de Brasília – DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 A eventual despesa decorrente da execução do objeto desta licitação correrá no exercício de 2015 à conta do Orçamento Geral da União, Programa de Trabalho: 108785, Fonte: 0112000000, Elemento de Despesa: 33.90.39.

3.2 Nos exercícios seguintes as despesas correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos Orçamentos do ÓRGÃO GERENCIADOR e do(s) ORGÃO(S) PARTICIPANTE(S).

4. – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

4.1 O órgão gerenciador será o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Luzerna, localizado à Rua Vigário Frei João, 550 – Bairro Centro na cidade de Luzerna – SC, CEP 89609-000

4.2 São participantes os seguintes órgãos:

4.2.1 Grupo 01 – *Campus* Camboriú do Instituto Federal Catarinense a ser executado no seguinte endereço: Rua Joaquim Garcia, sem número – Bairro Centro – Camboriú/SC – CEP: 88340-055;

4.2.2 Grupo 02 – *Campus* Luzerna do Instituto Federal Catarinense a ser executado no seguinte endereço: Rua Vigário Frei João, nº 550 – Bairro Centro – Luzerna/ SC – CEP: 89609-000;

4.2.3 Grupo 03 – *Campus* São Francisco do Sul do Instituto Federal Catarinense a ser executado no seguinte endereço: Rodovia Duque de Caxias, km 6, sem número – São Francisco do Sul/ SC – CEP: 89240-000;

4.2.4 Grupo 04 – *Campus* Fraiburgo do Instituto Federal Catarinense a ser executado no seguinte endereço: Rua Cruz e Sousa, nº 100 – Bairro Centro – Fraiburgo/ SC – CEP: 89580-000;

4.2.5 Grupo 05 – *Campus* Ibirama do Instituto Federal Catarinense a ser executado no seguinte endereço: Rua Getúlio Vargas, nº 3006 – Bairro Bela Vista – Ibirama / SC – CEP: 89140-000;





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

4.2.6 Grupo 06 – *Campus* Videira do Instituto Federal Catarinense a ser executado no seguinte endereço Rodovia SC 135, km 125 – Bairro Campo Experimental – Videira / SC – CEP: 89560-000;

4.2.7 Grupo 07 – Reitoria do Instituto Federal Catarinense a ser executado no seguinte endereço Rua das Missões, nº 100 – Bairro Ponta Aguda – Blumenau/ SC – CEP: 89051-000.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

5.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.3.1 As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, **ao quádruplo do quantitativo de cada item** registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem, nos termos do §4º do art. 22 do Decreto 7.892/2013.

5.4 Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

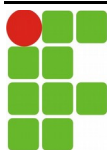
5.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

6. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO DA LICITAÇÃO

6.1 O pregão, na forma eletrônica, será conduzido pelo **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense –Luzerna**, com apoio técnico e operacional da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que atuará como provedor do sistema eletrônico para este órgão, integrante do Sistema de Serviços Gerais – SISG.

6.2 Poderão participar deste Pregão as empresas que atenderem integralmente as exigências deste Edital, estando, para tanto, devidamente credenciadas nos termos da Instrução Normativa nº 02 de 11 de Outubro de 2010.

6.3 As empresas interessadas em participar do presente pregão deverão estar com o cadastramento regular no





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou providenciar o seu cadastramento e sua validação junto a qualquer Unidade Cadastradora dos órgãos da Administração Pública Federal, até o terceiro dia útil anterior à data do recebimento das propostas, em cumprimento aos Decretos nº: 3.722 de 09 de janeiro de 2001, 4.485 de 25 de novembro de 2002 e 5.450 de 31 de maio de 2005, devendo para tanto, apresentar os documentos pelos níveis que o cadastro abranger, estes, previstos no capítulo II, art. 8º, incisos I, II, III, IV, V e VI da Instrução Normativa nº 2 de 11/10/2010.

6.4 Não poderão participar da presente licitação direta ou indiretamente, as interessadas que estejam enquadradas em um ou mais dos itens a seguir:

6.4.1 Cumprindo suspensão temporária de participação em licitação ou contratação com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense e/ou impedimento de participar em licitação com a Administração Pública Federal (Parecer 08/2013/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU com orientação Normativa 49 de 25/04/2014).

6.4.2 Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.4.3 Se encontrem sob falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial, dissolução ou liquidação bem como, licitantes que se apresentem constituídas na forma de empresas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

6.4.4 Empresa ou sociedade estrangeira que não funcione no país;

6.4.5 Empresa que não explore ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

6.4.6 Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no art. 9º da Lei 8.666 de 1.993;

6.5 Os Licitantes interessados em participar deste Pregão Eletrônico, deverão observar o cumprimento dos requisitos de participação estabelecidos no art. 13 do Decreto 5.450/05.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1 A Licitante deverá estar previamente credenciada no sistema eletrônico para participar deste “**Pregão na forma eletrônica**”, no site www.comprasnet.gov.br.

7.2 O credenciamento será efetivado pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema eletrônico.

7.3 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da Licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a esta Instituição, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

7.4 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da Licitante ou de seu Representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

7.5 O credenciamento dependerá de registro atualizado no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, com documentação válida no referido cadastro e sem ocorrências que as impeçam de participar do presente certame.

7.6 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

8. DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1 A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a partir da data de divulgação deste Edital no site: www.comprasnet.gov.br até a data e horário da abertura da sessão pública contendo além das especificações detalhadas do objeto ofertado e seu preço o atendimento dos seguintes requisitos:

8.1.1 A proposta deverá especificar detalhadamente o objeto, contemplando todas as especificações técnicas, com descrição detalhada, quantidade de unidades para cada item, valor unitário e valor global, em algarismo, expressos em real, **com no máximo duas casas após a vírgula**, nas condições e locais constantes no Termo de Referência;

8.1.1.1 No ato de preenchimento da proposta no sistema, pede-se para observarem que o campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” conta com espaço para 5.000 (cinco mil) caracteres, sendo obrigatório o preenchimento do detalhamento do objeto ofertado. (Não serão aceitas somente as descrições que contenham: “idem ao edital”, ou “conforme edital” ou “outras deste gênero”).

8.1.1.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

8.1.2 A licitante deverá contemplar em seu preço, todos os custos decorrentes da execução contratual, tais como, despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.

8.1.3 O licitante deverá observar o valor máximo especificado no Termo de Referência, sob pena de desclassificação de sua proposta.

8.1.4 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

8.2 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

8.3 Como requisito para a participação no Pregão, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico:

8.3.1 Que cumpre todos os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital;

8.3.2 Que inexistem fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame;

8.3.3 Que a empresa não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores, conforme Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) c/c Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358 de 2002.

8.3.4 Que a proposta apresentada, foi elaborada de maneira independente, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 2, de 16 de setembro de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (Declaração de Elaboração Independente de Proposta).

8.4 O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte deverá informar tal condição no ato do envio da proposta, por intermédio de funcionalidade disponível no sistema eletrônico, afirmando que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 2006, estando apta a usufruir do tratamento diferenciado previsto nos artigos 42 a 49 da mesma Lei.

8.4.1 A não informação da condição prevista no item anterior apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

8.5 O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá declarar sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte no sistema comprasnet.

8.6 O CNPJ indicado nos documentos da proposta comercial e da habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação.

8.7 A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1 No dia e hora previstos no item 2 (dois) do presente Edital terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, quando o Pregoeiro verificará a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital. Caso constate irregularidade, promoverá a exclusão da proposta. Uma vez executado este procedi-





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

mento, o Pregoeiro fará a divulgação das propostas classificadas ordenadas automaticamente pelo sistema, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

9.2 Serão desclassificadas as propostas:

9.2.1 Que contiverem preços condicionados a prazos, vantagens de qualquer natureza ou descontos não previstos neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;

9.2.2 Que forem totalmente omissas, não apresentarem as informações principais na descrição, bem como as que apresentarem preços ou vantagens baseadas nas ofertas de outras licitantes;

9.2.3 Que ofertem preços manifestamente inexequíveis assim considerados aqueles irrisórios ou de valor zero;

9.2.4 Que identifiquem o licitante;

9.2.5 Que apresentem quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

9.3 A desclassificação de qualquer proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.4 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

10.1 Somente participarão da fase de lance, as propostas classificadas pelo pregoeiro, ordenadas automaticamente pelo sistema, quando então este dará início à fase competitiva, podendo os licitantes encaminhar lances sucessivos, pelo **VALOR UNITÁRIO DO ITEM**, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente estes informados do recebimento do lance e o do valor consignado no registro.

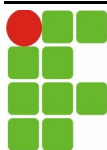
10.2 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.3 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

10.4 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.5 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.

10.6 O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até **trinta minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

10.7 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

10.8 Encerrada a etapa de lances, na hipótese de participação de licitante microempresa - ME - ou empresa de pequeno porte - EPP -, o sistema fará a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015.

10.9 Caso, após o encerramento da etapa de lances, não se verifique a situação prevista nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, havendo eventual empate entre propostas, ou entre proposta e lance, o critério de desempate será o sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados.

10.10 Apurada a proposta final de menor preço, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

10.11 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.12 No caso de desconexão do pregoeiro no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.13 Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

11. DO PROCEDIMENTO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

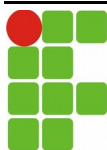
11.1 O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO TOTAL POR GRUPO

11.1.1 O ganhador do grupo será ordenado pelo sistema através da soma total dos itens que o compõem, mas na hora da aceitação o **fornecedor terá que ter todos os itens com o menor valor em comparação aos outros fornecedores, e consequentemente com menor valor no total do grupo em comparação aos outros fornecedores para ser aceito**

11.1.2 O Pregoeiro examinará a proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar e **negociará com o fornecedor provisoriamente vencedor o preço do item pelo menor valor em comparação aos outros fornecedores.**

11.2 O Pregoeiro examinará a **proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar** quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto e requisitará, na sequência, a proposta, por meio da opção “Enviar anexo”.

11.2.1 Quando convocado para enviar o anexo no sistema comprasnet, o licitante deverá fazê-lo imediatamente, no prazo máximo de **02 (duas) horas**, adequando a proposta conforme último lance vence-





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

dor, podendo referido prazo ser prorrogado, desde que solicitado pelo licitante no “chat” do compras-net, observando, ainda, o seguinte:

11.2.1.1 Ser datilografada ou impressa. As especificações do objeto terão que ser redigidas com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, descrevendo as características do objeto ofertado, em conformidade com a descrição do Termo de Referência, rubricadas todas as suas folhas, exceto a última que conterá data, nome, cargo e assinatura do responsável ou representante legal da empresa, podendo utilizar o formulário do **ANEXO III** deste Edital.

11.2.1.2 Fazer menção ao número deste Edital, conter a razão social da licitante, seu CNPJ/MF e endereço completo, Fone, e-mail, Fax e Nome do Representante. A ausência do CNPJ e/ou endereço completo poderá ser preenchida pelos dados constantes no sistema eletrônico.

11.2.1.3 Indicar o **preço unitário**, bem como o **preço total por item**.

11.2.1.4 Fazer constar na proposta de preço oferta firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

11.2.1.5 Conter informações do **Banco**, a **Agência**, a **Cidade** praça de pagamento e o **número da Conta Corrente**, para a emissão da Ordem Bancária de pagamento do objeto.

11.3 Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo **Pregoeiro**.

11.3.1 Os originais ou cópias autenticadas, **caso sejam solicitados**, deverão ser encaminhados ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Luzerna, situado na Rua Vigário Frei João, 550 – Centro, Luzerna/SC – CEP 89609-000.

11.4 As propostas deverão ter validade mínima de **60 (sessenta)** dias corridos, contados da data estabelecida no **item 2.1** deste Edital.

11.5 Se por motivo de força maior ou caso fortuito, a adjudicação não puder ocorrer dentro do prazo de validade da proposta, ou seja, **60 (sessenta)** dias e caso persista o interesse do **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Luzerna** este poderá solicitar prorrogação geral da validade acima referida, por igual prazo, no mínimo.

11.6 Será desclassificada a proposta final que:

11.6.1 Contenha vícios ou ilegalidades insanáveis.

11.6.2 Apresentar preços manifestamente inexequíveis.

11.7 O pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos que contenham as características do material ofertado, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia ou validade, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos, prospectos, etc.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

11.8 Se a proposta de menor valor não for aceitável ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

11.9 Nessa situação, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.10 No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

11.11 Sendo aceitável a proposta do licitante detentor do menor preço este deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1 Após a fase da aceitação das propostas, o pregoeiro fará a verificação por meio de consulta *online* ao **Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF**, dos níveis inscritos no art. 8º, incisos I, II, III, IV e VI do referido cadastro da(s) licitante(s), sendo impressa declaração demonstrativa da situação desta(s), a qual será juntada ao processo de licitação.

12.2 As licitantes que não se encontrem com o cadastramento validado e atualizado nos incisos do subitem anterior mencionados deverão, obrigatoriamente, encaminhar o seguinte:

12.2.1 Relativamente à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** da licitante:

- a)** Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor da licitante, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b)** Inscrição do ato constitutivo em Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- c)** No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis.

12.2.2 Relativamente à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** da licitante:

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b)** Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive das contribuições sociais com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, conforme Lei nº 8.212/1991), Estadual e Municipal, de acordo com o disposto no inciso III, do art. 29, da Lei nº 8.666/93, dentro do prazo de validade;
- c)** Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, conforme alínea "a", do art. 27, da Lei nº 8.036/1990, dentro do prazo de validade;





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.2.3 Relativamente à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** da licitante:

a) Certidão negativa de falência, concordata ou execução patrimonial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

c) no caso de bens para pronta entrega, não será exigido da microempresa, empresa de pequeno porte, nem da sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (art. 3º do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015);

d) no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

e) comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$$

12.3 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente (art. 31, § 3º da Lei nº 8.666, de 1993).

12.3.1 Será fixado percentual proporcional aos riscos que a inexecução total ou parcial do contrato poderá acarretar para a Administração, considerando-se, o valor do contrato, a essencialidade do objeto, o tempo de duração do contrato, entre outros fatores, a partir de consulta à autoridade competente deste órgão, conforme art. 44 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/10.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

12.4 Os documentos necessários à habilitação que não forem comprovados quando em consulta *online* no SICAF ou ao sítio oficial da autoridade administrativa vinculada, deverão ser enviados imediatamente pela Licitante Vencedora, por meio eletrônico, no **prazo máximo de 02 (duas) horas**, contados a partir da comunicação do Pregoeiro via “Chat” do sistema comprasnet. Os originais ou cópias autenticadas, **caso sejam solicitados**, deverão ser enviados em um prazo de até 72 (setenta e duas) horas, a contar do envio da documentação via sistema eletrônico, para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Luzerna, Rua Vigário Frei João, 550, Bairro Centro, Cidade de Luzerna– SC, CEP 89609-000, A/C do Pregoeiro, em envelope fechado e rubricado no fecho, com os seguintes dizeres em sua parte externa e frontal:

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE –
CAMPUS LUZERNA
A/C PREGOEIRO(A)
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 0004/2016
ENVELOPE COM DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL E CNPJ

12.5 Deverá a licitante encaminhar, ainda, a declaração de vistoria / não vistoria, de acordo com o Anexo IV do presente Edital, para fins de habilitação.

12.6 Para fins de habilitação, a verificação pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

12.7 Será inabilitado o licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.

12.8 O pregoeiro fará, durante a fase de habilitação, a verificação por meio de consulta *online*:

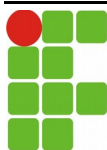
12.8.1 Da existência de registros impeditivos da contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) (www.transparencia.gov.br);

12.8.2 Da existência de registros impeditivos da contratação no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

12.8.3 Da Composição societária da (s) empresa (s) a ser (em) contratada (s) a fim de se certificar se entre os sócios há servidores do próprio órgão contratante.

12.9 No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.10 No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

12.11 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

12.11.1 Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.11.2 A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.

12.11.3 A declaração do vencedor de que trata este subitem acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

12.11.4 A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 1993 e art. 7º da Lei nº 10.520 de 17/07/2002 sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

12.12 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

12.13 Toda a documentação exigida deverá ser apresentada por uma das seguintes formas:

12.13.1 em original;

12.13.2 por qualquer processo de cópia, autenticada por servidor da Administração, devidamente qualificado ou por Cartório competente;

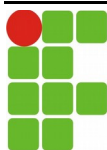
12.13.3 publicação em órgão da Imprensa Oficial.

12.14 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

13. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 Até **2 (dois) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá **impugnar** o ato convocatório deste certame, na forma eletrônica, ou mediante o encaminhamento de petição por escrito ao Pregoeiro.

13.1.1 Caso seja encaminhada petição por escrito ao Pregoeiro, deverá esta ser protocolada no endereço: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Luzerna, Rua Vigário





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

Feri João-550, Bairro Centro - Luzerna – SC, CEP: 89609-000, A/C Setor de Compras e Licitações - Pregoeiro, no horário de 08h00min as 12h00min e 13h00min as 17h00min;

13.1.2 Caso opte o licitante pelo envio na forma eletrônica, deverá este encaminhar para o endereço licitacao@luzerna.ifc.edu.br

13.2 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos setores responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no **prazo de até 24 (vinte e quatro) horas**.

13.3 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

13.4 Os pedidos de **esclarecimentos** referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, **exclusivamente por meio eletrônico**, via internet, no seguinte endereço: licitacao@luzerna.ifc.edu.br

13.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.6 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1 Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, **durante a sessão pública, de forma imediata e motivada**, em campo próprio do sistema eletrônico manifestar sua intenção de recorrer.

14.1.1 O pregoeiro assegurará tempo mínimo de 30 (trinta) minutos para que o licitante manifeste motivadamente sua intenção de recorrer.

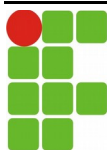
14.2 À licitante que manifestar **motivadamente** a intenção de interpor recurso será concedido o **prazo de 3 (três) dias corridos** para apresentação das respectivas razões, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões no mesmo prazo, a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

14.2.1 Caso o licitante declarado vencedor do certame seja microempresa ou empresa de pequeno porte, e este tenha apresentado restrições na comprovação da regularidade fiscal, o prazo previsto neste subitem será contado após decorrido o prazo de 5 (cinco) dias úteis (prorrogável por igual período), concedido para a regularização da documentação, conforme prescrito no § 1º, do art. 4º, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015.

14.3 A falta de manifestação imediata e motivada das licitantes quanto à intenção de recorrer importará decadência do direito de recurso, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

14.4 O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

14.5 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

14.6 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Luzerna, Rua São Roque - 41, Bairro Centro, cidade de Luzerna CEP: 89609-000, no horário de 07h30min as 11h30min e 13h00min as 17h00min..

14.8 Não serão conhecidos os recursos interpostos enviados por fac-símile ou com os respectivos prazos legais vencidos.

14.9 O Pregoeiro terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apreciar o recurso, reconsiderando a sua decisão ou nesse mesmo período encaminhá-lo ao Diretor-Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Luzerna, devidamente informado para apreciação e decisão no mesmo prazo.

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1 O Objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso.

15.2 A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro ou quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

15.3 No momento da Homologação, a autoridade competente contará com a ferramenta de formação de cadastro de reserva, que registrará os licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, para futura contratação, no caso da impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, atendendo ao disposto no art. 11 do Decreto nº 7.892, de 2013.

15.3.1 O cadastro de reserva envolverá somente itens com PROPOSTAS ADJUDICADAS;

15.3.2 A autoridade competente informará o prazo de 24 (vinte e quatro horas), a contar da homologação, para a adesão, por parte dos fornecedores com propostas NÃO RECUSADAS, ao Cadastro de Reserva.

15.3.3 O sistema enviará um e-mail a todos os fornecedores com propostas NÃO RECUSADAS para que possam aderir ao Cadastro de Reserva pelo preço do primeiro colocado desconsiderando a margem de preferência.

16. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará o(s) adjudicatário(s) para, no prazo **de 3 (três) dias úteis**, contados da data da convocação, proceder à assinatura da Ata de Registro de Preços, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

16.1.1 Alternativamente à(s) convocação(ões) para comparecer(em) perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja(m) assinada(s) no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

16.1.2 Os prazos acima previstos poderão ser prorrogados uma única vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

16.2 No caso de o licitante vencedor, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações previstas neste Edital e seus Anexos, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, assinar a Ata.

16.3 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.4 O órgão gerenciador encaminhará cópia da Ata aos órgãos participantes, se houver.

17. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 A Ata de Registro de Preços terá **vigência de 12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

18. DA ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO

18.1 A alteração da Ata de Registro de Preços e o cancelamento do registro do fornecedor obedecerão à disciplina do Decreto nº 7.892, de 2013, conforme previsto na Minuta de Ata anexa a este Edital.

19. DA CONTRATAÇÃO COM O(S) FORNECEDOR(ES)

19.1 Homologado o resultado da licitação, o órgão convocará o licitante vencedor para no prazo de **10 (dez) dias úteis** efetuar a assinatura do termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente: nota de empenho de despesa, autorização de compra ou instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

19.3 As condições de fornecimento constam no Termo de Referência.

19.4 Antes da emissão da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, a Contratante realizará consulta “on line” ao SICAF e ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

19.5 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

20. DO PREÇO

20.1 O objeto do presente Edital será fornecido pelo preço ofertado na proposta da(s) licitante(s) vencedora(s), que será fixo, podendo, contudo, ser revisto, observadas as prescrições contidas no art. 17 e seus parágrafos do Decreto 7.892/2013 e na minuta de contrato(repactuação).

21. DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DO OBJETO

21.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o [§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993](#), conforme o § 1º do art. 12 do Decreto 7.892/2013.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

22.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, na Minuta da Ata de Registro de Preços e na minuta de contrato.

23. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

23.1 Os prazos e as condições da prestação do serviço estão previstos no Termo de Referência.

24. DO PAGAMENTO

24.1 O prazo para pagamento será de até **30 (trinta) dias úteis**, contados da data do “atesto” da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

24.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

24.1.2 O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

24.1.3 A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada na forma eletrônica consoante protocolo de ICMS nº 85 de 09 de Julho de 2010.

24.1.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

24.2 Antes do pagamento, a Contratante verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da Contratada no SICAF e/ou nos sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

24.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

24.3.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

24.4 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

24.5 Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

24.6 A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

24.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor a ser pago

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0,0001644$$

25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei 8.666 de 1993, Lei nº 10.520 de 2002, do Decreto nº 3.555 de 2000 e do Decreto nº 5.450 de 2005 a **Licitante/Adjudicatária** que não assinar/retirar o contrato e/ou a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta, apresentar documentação falsa, deixar de entregar os documentos exigidos no certame, não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade, comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal, fizer declaração falsa e/ou ensejar o retardamento da execução do certame.

25.1.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

25.2 A Licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas anteriormente e no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ficará sujeita às seguintes sanções:





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

25.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

25.2.2 Multa:

25.2.2.1 Moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total da nota de empenho ou instrumento equivalente, até o limite de 30 (trinta) dias, observadas as disposições do art. 412 do Código Civil.

25.2.2.2 Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho ou instrumento equivalente, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida podendo ser cumulada com a multa prevista no subitem **25.2.2.1**;

25.2.3 Suspensão temporária de participação em licitação ou contratação com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, por prazo não superior a 2 (dois) anos. (Parecer 08/2013/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU c/c Orientação Normativa 49, de 25/04/2014).

25.2.4 Impedimento de participar em licitação ou contratação com a Administração Pública Federal e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos (Parecer 08/2013/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU c/c Orientação Normativa 49, de 25/04/2014).

25.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.

25.3 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

25.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666 de 1993 e subsidiariamente na Lei nº 9.784 de 1999.

25.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração observado o princípio da proporcionalidade.

25.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos ou recolhidos em favor da União ou deduzidos da garantia ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

25.7 Caso a Contratante determine a multa deverá esta ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Câmpus Luzerna.

25.8 As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente sem prejuízo de outras medidas cabíveis.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.2 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.3 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualidades e as exatas compreensões da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão e desde que não fique comprometido o interesse do órgão promotor do certame bem como a finalidade e a segurança da futura contratação.

26.4 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

26.5 O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Instituto Federal Catarinense ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar seu julgamento e decisão.

26.6 Nenhuma indenização será devida às licitantes pelos custos de elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.7 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

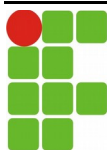
26.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Câmpus Luzerna, **exceto quando for explicitamente disposto em contrário.**

26.9 A Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Luzerna poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

26.10 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

26.11 O órgão promotor do certame não disponibilizará suas instalações bem como equipamentos ou conexões com o provedor do sistema eletrônico às licitantes interessadas em participar deste Pregão.

26.12 Este Edital será fornecido a qualquer interessado, na Sede do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Luzerna ou ainda nos sítios: www.comprasnet.gov.br e <http://www.luzerna.ifc.edu.br>





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

24.12.1 As licitantes, após a publicação oficial deste Edital, ficarão responsáveis pelo acompanhamento, mediante o acesso aos sítios mencionados no subitem, das eventuais republicações e/ou retificações de edital, respostas a questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública.

26.13 Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 32, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

26.14 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

26.15 Compõem este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo III – Modelo de Proposta de Preço;

Anexo IV – Declaração de Vistoria/Não Vistoria

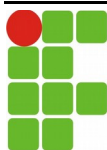
27. DO FORO

27.1 As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Joaçaba/SC, Subseção Judiciária de Joaçaba, Seção Judiciária de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro.

Luzerna (SC), 20 de junho de 2016

Eduardo Butzen

Diretor-Geral *pro tempore* do IFC -Campus Luzerna
Portaria nº 2.224 DOU 19/11/2012





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

ANEXO I – PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 0004/2016

PROCESSO Nº 23475.000317/2016-31

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA JUSTIFICATIVA DO PEDIDO

A contratação deste objeto faz-se necessária para a determinação da estratigrafia e classificação do solo, a posição do nível d'água e a medida de índice de resistência à penetração NSPT, visando fornecer subsídios para a elaboração de projetos de engenharia, arquitetura e urbanismo.

Os dados geológicos e geotécnicos de uma região são fatores essenciais para a elaboração e desenvolvimento do conjunto de projetos de uma edificação. O conhecimento do subsolo permite ao projetista escolher as melhores soluções de fundação para o tipo de solo, portanto se faz necessário realizar a identificação e classificação das diversas camadas componentes do substrato, bem como a avaliação das propriedades de suas propriedades de engenharia.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), possui uma norma que regulamenta as condições exigíveis na programação das sondagens de simples reconhecimento dos solos, abrangendo número, localização e profundidade das sondagens, a NBR 8036/1983. Sendo assim por motivos normativos se faz necessária a contratação dos serviços de sondagem.

Assim, como forma de subsidiar os projetistas com dados importantes para a elaboração dos projetos no âmbito do IFC, esse estudo preliminar do solo é importante e necessário por motivação técnica e por força de norma.

Para esta licitação houve o agrupamento por cidades, entende-se como necessário o agrupamento dos serviços para garantir a responsabilização contratual e princípio da padronização, tendo em vista, a empresa contratada ser conhecedora de sua metodologia e logística para a perfeita execução dos serviços, devendo assim, todas as atividades de um grupo serem realizadas pela mesma empresa.

A escolha pelo registro de preço buscou, atender as contingências do orçamento, garantindo o preço, otimizando assim, a utilização dos recursos orçamentários, haja vista que sua vinculação somente ocorrerá no momento da aquisição ou prestação do serviço e não da abertura do procedimento licitatório.

2. OBJETO

2.1 Registro de preço para eventual Contratação de empresa(s) especializada(s) para a realização de serviço de sondagem do solo a percussão com ensaio *Standard Penetration Test* (SPT), visando a determinação da estratigrafia e classificação do solo, a posição do nível d'água e a medida de índice de resistência à penetração NSPT, de acordo com a norma ABNT NBR 6484/2001 e demais pertinentes, nos terrenos destinados à ampliação e implantação de edifícios no Instituto Federal Catarinense – Reitoria, Campus Luzerna, Campus Camboriú, Campus São Francisco do Sul, Campus Fraiburgo, Campus Ibirama e Campus Videira., conforme quantitativos estimados e especificações e abaixo:





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

2.2 Tabelas dos Grupos

GRUPO 01 – <i>Campus Camboriú</i>				
Item	Qtde. estimada	Un	Especificação	Local da realização do Serviço
01	165,00	m	Sondagem à percussão <i>Standard Penetration Test</i> (SPT), incluindo Relatório Definitivo conforme as exigências da Norma ABNT NBR 6484/2001 e demais normas pertinentes, com ART de serviços devidamente paga pela contratada; ver Prancha e Memorial Descritivo nos Apêndices I (A) e I (B) respectivamente.	<i>Campus Camboriú</i> do Instituto Federal Catarinense a ser executado no seguinte endereço: Rua Joaquim Garcia, sem número – Bairro Centro – Camboriú/SC – CEP: 88340-055;
02	04	Un	Mobilização e desmobilização de equipe, equipamentos e materiais.	
03	17	Un	Deslocamento entre furos, incluindo montagem e desmontagem de equipamento.	
04	18	Un	Locação dos furos de sondagem com teodolito, incluindo Referencial de Nível e desenhista.	
05	325,00	m ²	Capina e roçagem com retirada de arbustos, a serem realizadas manualmente com foice, roçadeira, motosserra ou outras ferramentas adequadas, sendo o fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra, incluindo seus custos, a cargo da contratada. Os serviços deverão ser realizados apenas nas áreas onde se fizer necessário para a execução dos furos de sondagem.	
06	300,00	m ²	Capina e roçagem sem retirada de arbustos, a serem realizadas manualmente com foice, roçadeira ou outras ferramentas adequadas, sendo o fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra, incluindo seus custos, a cargo da contratada. Os serviços deverão ser realizados apenas nas áreas onde se fizer necessário para a execução dos furos de sondagem.	
07	80,00	m ²	Abertura de picada com largura máxima de 1,0 m, a ser executada manualmente com foice, machado, facões e outras ferramentas adequadas, sendo o fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra a cargo da Contratada. O serviço deverá ser realizado estritamente quando necessário para acessar o local onde serão executados os furos de sondagem.	





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

08	9,00	m ²	Retirada e recolocação de piso de concreto intertravado apenas em áreas onde se fizer necessário para a execução dos furos de sondagem, com o reaproveitamento de material. Em caso de danos às peças, ficará a cargo da Contratada a reposição do material, sendo esse, de mesma qualidade técnica ou superior. Ficarão também a cargo da Contratada equipamentos e mão de obra para a plena execução dos serviços.	
----	------	----------------	--	--

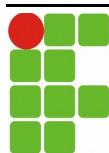
GRUPO 02 – <i>Campus Luzerna</i>				
Item	Qtde. estimada	Un	Especificação	Local da realização do Serviço
09	465	m	Sondagem à percussão <i>Standard Penetration Test</i> (SPT), incluindo Relatório Definitivo conforme as exigências da Norma ABNT NBR 6484/2001 e demais normas pertinentes, com ART de serviços devidamente paga pela contratada; ver Prancha e Memorial Descritivo nos Apêndices II (A) e II (B) respectivamente.	Campus Luzerna do Instituto Federal Catarinense a ser executado no seguinte endereço: Rua Vigário Frei João, nº 550 – Bairro Centro – Luzerna/ SC – CEP: 89609-000;
10	03	Un	Mobilização e desmobilização de equipe, equipamentos e materiais;	
11	30	Un	Deslocamento entre furos, incluindo montagem e desmontagem de plataforma;	
12	31	Un	Locação dos furos de sondagem com teodolito, incluindo Referencial de Nível e desenhista.	
13	250,00	m ²	Capina e roçagem <u>com</u> retirada de arbustos, a serem realizadas manualmente com foice, roçadeira, motosserra ou outras ferramentas adequadas, sendo o fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra, incluindo seus custos, a cargo da contratada. Os serviços deverão ser realizados apenas nas áreas onde se fizer necessário para a execução dos furos de sondagem;	
14	378,00	m ²	Capina e roçagem <u>sem</u> retirada de arbustos, a serem realizadas manualmente com foice, roçadeira ou outras ferramentas adequadas, sendo o fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra, incluindo seus custos, a cargo da contratada. Os serviços deverão ser realizados apenas nas áreas onde se fizer necessário para a execução dos furos de sondagem.	



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

15	178,00	m ²	Abertura de picada com largura máxima de 1,0 m, a ser executada manualmente com foice, machado, facões e outras ferramentas adequadas, sendo o fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra a cargo da Contratada. O serviço deverá ser realizado estritamente quando necessário para acessar o local onde serão executados os furos de sondagem.	
----	--------	----------------	--	--

GRUPO 03 – <i>Campus</i> São Francisco do Sul				
Item	Qtde. estimada	Un	Especificação	Local da realização do Serviço
16	1.330,00	m	Sondagem à percussão <i>Standard Penetration Test</i> (SPT), incluindo Relatório Definitivo conforme as exigências da Norma ABNT NBR 6484/2001 e demais normas pertinentes, com ART de serviços devidamente paga pela contratada; ver Prancha e Memorial Descritivo nos Apêndices III (A) e III (B) respectivamente.	<i>Campus</i> São Francisco do Sul do Instituto Federal Catarinense a ser executado no seguinte endereço: Rodovia Duque de Caxias, km 6, sem número – São Francisco do Sul/ SC – CEP: 89240-000;
17	03	Un	Mobilização e desmobilização de equipe, equipamentos e materiais.	
18	37	Un	Deslocamento entre furos, incluindo montagem e desmontagem de plataforma.	
19	38	Un	Locação dos furos de sondagem com teodolito, incluindo Referencial de Nível e desenhista.	
20	750,00	m ²	Capina e roçagem <u>com</u> retirada de arbustos, a serem realizadas manualmente com foice, roçadeira, motosserra ou outras ferramentas adequadas, sendo o fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra, incluindo seus custos, a cargo da contratada. Os serviços deverão ser realizados apenas nas áreas onde se fizer necessário para a execução dos furos de sondagem.	
21	378,00	m ²	Capina e roçagem <u>sem</u> retirada de arbustos, a serem realizadas manualmente com foice, roçadeira ou outras ferramentas adequadas, sendo o fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra, incluindo seus custos, a cargo da contratada. Os serviços deverão ser realizados apenas nas áreas onde se fizer necessário para a execução dos furos de sondagem.	





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

22	849,00	m ²	Abertura de picada com largura máxima de 1,0 m, a ser executada manualmente com foice, machado, facões e outras ferramentas adequadas, sendo o fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra a cargo da Contratada. O serviço deverá ser realizado estritamente quando necessário para acessar o local onde serão executados os furos de sondagem.
23	2,00	m ²	Retirada e recolocação de piso de concreto intertravado apenas em áreas onde se fizer necessário para a execução dos furos de sondagem, com o reaproveitamento de material. Em caso de danos às peças, ficará a cargo da Contratada a reposição do material, sendo esse, de mesma qualidade técnica ou superior. Ficarão também a cargo da Contratada equipamentos e mão de obra para a plena execução dos serviços.
24	150,00	m ²	Plantio de grama, considerando mão de obra de servente e jardineiro, grama em placa, fertilizantes, adubos, calcário e terra, em locais onde houver danificação do gramado para a execução dos furos.
25	6,00	m ³	Limpeza da área: considerando a retira, remoção e devido descarte dos entulhos gerados através dos serviços realizados, com o fornecimento e custeio de equipamentos, materiais e mão de obra a cargo da contratada;

GRUPO 04 – Campus Fraiburgo

Item	Qtde. estimada	Un	Especificação	Local da realização do Serviço
26	210	m	Sondagem à percussão <i>Standard Penetration Test</i> (SPT), incluindo Relatório Definitivo conforme as exigências da Norma ABNT NBR 6484/2001 e demais normas pertinentes, com ART de serviços devidamente paga pela contratada; ver Prancha e Memorial Descritivo nos Apêndices IV (A) e IV (B) respectivamente.	Campus Fraiburgo do Instituto Federal Catarinense a ser executado no seguinte endereço: Rua Cruz e Sousa, nº 100 – Bairro Centro – Fraiburgo/ SC – CEP: 89580-000;
27	02	Un	Mobilização e desmobilização de equipe, equipamentos e materiais;	
28	13	Un	Deslocamento entre furos, incluindo montagem e desmontagem de plataforma;	
29	14	Un	Locação dos furos de sondagem com teodolito, incluindo Referencial de Nível e desenhista.	



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

30	4,00	m ²	Demolição e execução de piso industrial e contrapiso apenas em áreas onde se fizer necessário para a execução dos furos de sondagem, incluindo materiais de mesma qualidade técnica ou superior, equipamentos e mão de obra a cargo da contratada.
31	1,00	m ²	Demolição e execução de piso cerâmico esmaltado, camada de assentamento e contrapiso apenas em áreas onde se fizer necessário para a execução dos furos de sondagem, incluindo materiais de mesma qualidade técnica ou superior, equipamentos e mão de obra a cargo da contratada.
32	6,00	m ²	Retirada e recolocação de forro em PVC e perfis, apenas onde se fizer necessário para a montagem dos equipamentos para a execução do furo de sondagem, com o reaproveitamento de material. Em caso de danos às peças, ficará a cargo da Contratada a reposição do material, sendo esse, de mesma qualidade técnica ou superior. Ficarão também a cargo da Contratada equipamentos e mão de obra para a plena execução dos serviços.
33	1,00	m ²	Demolição e execução de contrapiso (área externa) apenas em áreas onde se fizer necessário para a execução dos furos de sondagem, incluindo materiais de mesma qualidade técnica ou superior, equipamentos e mão de obra.
34	33,00	m ²	Retirada e recolocação de telha fibrocimento, incluindo as tramas metálicas, apenas onde se fizer necessário para a montagem dos equipamentos para a execução do furo de sondagem, com o reaproveitamento de material. Em caso de danos às peças, ficará a cargo da Contratada a reposição do material, sendo esse, de mesma qualidade técnica ou superior. Ficarão também a cargo da Contratada equipamentos e mão de obra para a plena execução dos serviços.
35	2,00	m ³	Limpeza da área: considerando a retira, remoção e devido descarte dos entulhos gerados através dos serviços realizados, com o fornecimento e custeio de equipamentos, materiais e mão de obra a cargo da contratada;





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

GRUPO 05 – <i>Campus Ibirama</i>				
Item	Qtde. estimada	Un	Especificação	Local da realização do Serviço
36	75,00	m	Sondagem à percussão <i>Standard Penetration Test</i> (SPT), incluindo Relatório Definitivo conforme as exigências da Norma ABNT NBR 6484/2001 e demais normas pertinentes, com ART de serviços devidamente paga pela contratada; ver Prancha e Memorial Descritivo nos Apêndices V (A) e V (B) respectivamente.	<i>Campus Ibirama</i> do Instituto Federal Catarinense a ser executado no seguinte endereço: Rua Getúlio Vargas, nº 3006 – Bairro Bela Vista – Ibirama / SC – CEP: 89140-000;
37	01	Un	Mobilização e desmobilização de equipe, equipamentos e materiais;	
38	04	Un	Deslocamento entre furos, incluindo montagem e desmontagem de plataforma;	
39	05	Un	Locação dos furos de sondagem com teodolito, incluindo Referencial de Nível e desenhista.	
40	1,0	m ²	Demolição e execução de granilite, piso estrutural e contrapiso apenas em áreas onde se fizer necessário para a execução dos furos de sondagem, incluindo materiais de mesma qualidade técnica ou superior, equipamentos e mão de obra a cargo da contratada;	
41	1,0	m ²	Retirada e recolocação de piso de concreto intertravado apenas em áreas onde se fizer necessário para a execução dos furos de sondagem, com o reaproveitamento de material. Em caso de danos às peças, ficará a cargo da Contratada a reposição do material, sendo esse, de mesma qualidade técnica ou superior. Ficarão também a cargo da Contratada equipamentos e mão de obra para a plena execução dos serviços.	
42	11,00	m ²	Retirada e recolocação de telha fibrocimento, incluindo as ripas e caibros de madeira, apenas onde se fizer necessário para a montagem dos equipamentos para a execução do furo de sondagem, com o reaproveitamento de material. Em caso de danos às peças, ficará a cargo da Contratada a reposição do material, sendo esse, de mesma qualidade técnica ou superior. Ficarão também a cargo da Contratada equipamentos e mão de obra para a plena execução dos serviços.	
43	1,00	m ³	Limpeza da área: considerando a retira, remoção e devido descarte dos entulhos gerados através dos serviços realizados, com o fornecimento e custeio de equipamentos, materiais e mão de obra a cargo da contratada;	



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

GRUPO 06 – <i>Campus Videira</i>				
Item	Qtde. estimada	Un	Especificação	Local da realização do Serviço
44	45	m	Sondagem à percussão <i>Standard Penetration Test</i> (SPT), incluindo Relatório Definitivo conforme as exigências da Norma ABNT NBR 6484/2001 e demais normas pertinentes, com ART de serviços devidamente paga pela contratada; ver Prancha e Memorial Descritivo nos Apêndices VI (A) e VI (B) respectivamente.	<i>Campus Videira</i> do Instituto Federal Catarinense a ser executado no seguinte endereço Rodovia SC 135, km 125 – Bairro Campo Experimental – Videira / SC – CEP: 89560-000;
45	01	Un	Mobilização e desmobilização de equipe, equipamentos e materiais.	
46	02	Un	Deslocamento entre furos, incluindo montagem e desmontagem de equipamentos.	
47	03	Un	Locação dos furos de sondagem com teodolito, incluindo Referencial de Nível e desenhista.	
48	75,00	m ²	Capina e roçagem com retirada de arbustos, a serem realizadas manualmente com foice, roçadeira, motosserra ou outras ferramentas adequadas, sendo o fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra, incluindo seus custos, a cargo da contratada. Os serviços deverão ser realizados apenas nas áreas onde se fizer necessário para a execução dos furos de sondagem.	
49	290	m ²	Abertura de picada com largura máxima de 1,0 m, a ser executada manualmente com foice, machado, facões e outras ferramentas adequadas, sendo o fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra a cargo da Contratada. O serviço deverá ser realizado estritamente quando necessário para acessar o local onde serão executados os furos de sondagem.	

GRUPO 07 – Reitoria em Blumenau / SC				
Item	Qtde. estimada	Un	Especificação	Local da realização do Serviço
50	35	m	Sondagem à percussão <i>Standard Penetration Test</i> (SPT), incluindo Relatório Definitivo conforme as exigências da Norma ABNT NBR 6484/2001 e demais normas pertinentes, com ART de serviços devidamente paga pela contratada; ver Prancha e Memorial Descritivo nos Apêndices VII (A) e VII (B) respectivamente.	Reitoria do Instituto Federal Catarinense a ser executado no seguinte endereço Rua das Missões, nº 100 – Bairro Ponta Aguda – Blumenau/ SC – CEP: 89051-000.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

51	01	Un	Mobilização e desmobilização de equipe, equipamentos e materiais.
52	02	Un	Deslocamento entre furos, incluindo montagem e desmontagem de equipamentos.
53	03	Un	Locação dos furos de sondagem com teodolito, incluindo Referencial de Nível e desenhista.
54	3,0	m ²	Retirada e recolocação de piso de concreto intertravado apenas em áreas onde se fizer necessário para a execução dos furos de sondagem, com o reaproveitamento de material. Em caso de danos às peças, ficará a cargo da Contratada a reposição do material, sendo esse, de mesma qualidade técnica ou superior. Ficarão também a cargo da Contratada equipamentos e mão de obra para a plena execução dos serviços.

2.3 Adverte-se que as quantidades constantes nas tabelas do item 2.2 deste termo de referência podem variar, tendo em vista serem quantidades estimadas, dessa forma, as empresas licitantes não poderão alegar o desconhecimento de tal condição e/ou o grau de dificuldade existente como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência deste Pregão.

Observação: Os serviços deverão ser realizados em sete locais distintos, de acordo com o pedido de cada unidade (conforme quantidades estipuladas nos dados e tabela acima), a saber:

- a) Grupo 01 – *Campus* Camboriú do Instituto Federal Catarinense a ser executado no seguinte endereço: Rua Joaquim Garcia, sem número – Bairro Centro – Camboriú/SC – CEP: 88340-055;
- b) Grupo 02 – *Campus* Luzerna do Instituto Federal Catarinense a ser executado no seguinte endereço: Rua Vigário Frei João, nº 550 – Bairro Centro – Luzerna/ SC – CEP: 89609-000;
- c) Grupo 03 – *Campus* São Francisco do Sul do Instituto Federal Catarinense a ser executado no seguinte endereço: Rodovia Duque de Caxias, km 6, sem número – São Francisco do Sul/ SC – CEP: 89240-000;
- d) Grupo 04 – *Campus* Fraiburgo do Instituto Federal Catarinense a ser executado no seguinte endereço: Rua Cruz e Sousa, nº 100 – Bairro Centro – Fraiburgo/ SC – CEP: 89580-000;
- e) Grupo 05 – *Campus* Ibirama do Instituto Federal Catarinense a ser executado no seguinte endereço: Rua Getúlio Vargas, nº 3006 – Bairro Bela Vista – Ibirama / SC – CEP: 89140-000;
- f) Grupo 06 – *Campus* Videira do Instituto Federal Catarinense a ser executado no seguinte endereço: Rodovia SC 135, km 125 – Bairro Campo Experimental – Videira / SC – CEP: 89560-000;
- g) Grupo 07 – Reitoria do Instituto Federal Catarinense a ser executado no seguinte endereço: Rua das Missões, nº 100 – Bairro Ponta Aguda – Blumenau/ SC – CEP: 89051-000.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

3. VALOR DE REFERÊNCIA

3.1 Os valores unitários de referência foram obtidos através da mediana dos valores das pesquisas de mercado e Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), **obtendo um valor global de R\$ 145.599,94** estando compatíveis com os praticados no mercado e no âmbito da administração pública, conforme comprovado através da Planilha de Custos constante no processo.

4. DA VISTORIA

4.1 Para o correto dimensionamento e elaboração da proposta, as empresas interessadas no certame poderão vistoriar o local de execução dos serviços mediante agendamento em cada campus. A vistoria poderá ser realizada até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública nos horários de 08:00 h às 12:00 h e das 13:30 h às 17:30 h, porém, seu agendamento deverá ser feito com um dia útil de antecedência à pretendida data de vistoria.

4.2 A vistoria poderá ser agendada nas Coordenações de Infraestrutura de cada campus e na Diretoria de Engenharia e Planejamento através dos telefones:

- 4.2.1** *Campus* Camboriú: (47) 2104-0800;
- 4.2.2** *Campus* Luzerna: (49) 3523-4300;
- 4.2.3** *Campus* São Francisco do Sul: (47) 3233-4000;
- 4.2.4** *Campus* Fraiburgo: (49) 3246 9850;
- 4.2.5** *Campus* Ibirama (47) 3357 6200;
- 4.2.6** *Campus* Videira (49) 3533-4900;
- 4.2.7** Reitoria (47) 3331-7800.

4.3 Caso a empresa licitante opte por realizar a vistoria, essa deverá ser acompanhada por servidor do Instituto Federal Catarinense;

4.4 Para a vistoria, caso essa seja realizada, o licitante ou o seu representante legal deverá estar devidamente identificado, apresentar documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

4.5 Tendo em vista a faculdade de realização de vistoria prévia, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência deste Pregão, consistindo a participação na presente licitação em presunção de que disporão, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a adequada execução contratual. Dos resultados da eventual vistoria, a empresa licitante, na condição de proponente, deverá comunicar por escrito à Contratante antes da apresentação da proposta, as discrepâncias sobre qualquer transgressão a normas técnicas, regulamentos ou posturas de leis em vigor, de forma a serem sanados os erros, omissões ou discrepâncias que possam trazer embaraços ao perfeito desenvolvimento do serviço.

4.6 Deverá a licitante encaminhar a declaração de vistoria / não vistoria, de acordo com o Anexo IV do presente Edital, para fins de habilitação.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

5. CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇO COMUM

5.1 Os itens que integram o objeto da presente licitação enquadram-se na classificação de serviço comum, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

6. CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS

6.1 As considerações e informações técnicas do presente objeto constam em pranchas, memoriais descritivos e Escritura Pública dos respectivos *Campi* e Reitoria, que se constitui em apêndices e anexos deste termo de referência:

6.1.1 APÊNCIE I (A): Prancha (LV01/01) com a proposta de locação dos furos de sondagem do *campus* Camboriú;

6.1.2 APÊNCIE I (B): Memorial Descritivo da proposta de locação dos furos de sondagem do *campus* Camboriú;

6.1.3 APÊNCIE II (A): Prancha (LV01/01) com a proposta de locação dos furos de sondagem do *campus* Luzerna;

6.1.4 APÊNCIE II (B): Memorial Descritivo da proposta de locação dos furos de sondagem do *campus* Luzerna;

6.1.5 APÊNCIE III (A): Prancha (LV01/01) com a proposta de locação dos furos de sondagem do *campus* São Francisco do Sul;

6.1.6 APÊNCIE III (B): Memorial Descritivo da proposta de locação dos furos de sondagem do *campus* São Francisco do Sul;

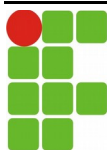
6.1.7 APÊNCIE IV (A): Prancha (LV01/01) com a proposta de locação dos furos de sondagem do *campus* Fraiburgo;

6.1.8 APÊNCIE IV (B): Memorial Descritivo da proposta de locação dos furos de sondagem do *campus* Fraiburgo;

6.1.9 APÊNCIE V (A): Prancha (LV01/01) com a proposta de locação dos furos de sondagem do *campus* de Ibirama;

6.1.10 APÊNCIE V (B): Memorial Descritivo da proposta de locação dos furos de sondagem do *campus* Avançado de Ibirama;

6.1.11 APÊNCIE VI (A): Prancha (LV01/01) com a proposta de locação dos furos de sondagem do *campus* Videira;





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

6.1.12 APÊNCIE VI (B): Memorial Descritivo da proposta de locação dos furos de sondagem do *campus* Videira;

6.1.13 APÊNCIE VII (A): Prancha (LV01/01) com a proposta de locação dos furos de sondagem da Reitoria;

6.1.14 APÊNCIE VII (B): Memorial Descritivo da proposta de locação dos furos de sondagem da Reitoria;

6.1.15 ANEXO I: Levantamento Planialtimétrico de São Francisco do Sul, datado de maio de 2011;

6.1.16 ANEXO II: Levantamento Planialtimétrico de Ibirama, datado de abril de 2013;

6.1.17 ANEXO III: Escritura Pública do *Campus* de Camboriú;

6.1.18 ANEXO IV: Escritura Pública do *Campus* de Luzerna;

6.1.19 ANEXO V: Escritura Pública do *Campus* de São Francisco do Sul;

6.1.20 ANEXO VI: Escritura Pública do *Campus* de Fraiburgo;

6.1.21 ANEXO VII: Escritura Pública do *Campus* de Ibirama;

6.1.22 ANEXO VIII: Escritura Pública do *Campus* de Videira;

6.1.23 ANEXO IX: Escritura Pública da Reitoria.

7. DA CONTRATAÇÃO, DO PRAZO E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO

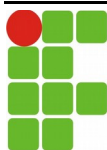
7.1 A CONTRATAÇÃO PARA O FORNECIMENTO DO OBJETO PODERÁ OCORRER DE FORMA PARCELADA, de acordo com a necessidade do órgão, e será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, ordem de serviço, autorização de compra ou instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.2 Prazo de Início dos serviços contratados: a Contratada deverá iniciar os serviços em até 07 (sete) dias corridos contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

7.3 Prazo de Execução dos serviços contratados: o prazo máximo de execução dos serviços contratados será de 80 (oitenta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

8. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

8.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

8.2 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

8.3 A verificação da adequada prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência, incluindo seus anexos e apêndices.

8.4 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.5 A conformidade do material/técnica/equipamento a serem utilizados na execução dos serviços deverá ser verificada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando a Contratada as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

8.6 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.7 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.8 A fiscalização da execução dos serviços abrange, sem prejuízo das demais obrigações da contratada, as rotinas estabelecidas no memorial descritivo (considerações técnicas).

8.9 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1 O recebimento do objeto deverá ser efetuado pela Fiscalização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Reitoria, e deverá ser recebido da seguinte forma:

9.1.1 Provisoriamente, pela Fiscalização, no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, contados da finalização do objeto contratado e comunicação escrita e assinada pela Contratada informando tal finalização. O Termo de Recebimento Provisório será lavrado em 02 (duas) vias e deverá ser assinado pela Fiscalização e pelo preposto da empresa contratada.

9.1.2 Definitivamente, pela Fiscalização (por servidor ou comissão designada pela autoridade competente), no prazo máximo **de 15 (quinze) dias** contados após o recebimento do Termo de Recebimento Provisório em que se fará a verificação da conformidade de execução dos serviços e





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

materiais empregados, comprovada adequação do serviço prestado em relação ao descrito no Termo de Referência e seus apêndices/ anexos. O Termo de Recebimento Definitivo será lavrado em 02 (duas) vias e deverá ser assinado pela Fiscalização e pelo preposto da empresa contratada.

9.2 Constatado que o serviço realizado e/ou materiais recebidos e empregados não atendem as especificações estipuladas neste Termo de Referência, a Fiscalização expedirá ofício à empresa contratada, comunicando e justificando as razões da recusa, e ainda, notificando-a a reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir no prazo fixado pela Fiscalização a expensas da Contratada, no todo ou em parte, os objetos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, incluindo despesas com impressão, frete, impostos, taxas, tributos, seguros e demais custos ou encargos fiscais previstos na legislação pertinente, bem como os constantes na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e civil decorrente de tal correção, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

9.2.1 Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido o atendimento ao ofício mencionado no item 9.2 do objeto recusado, a Fiscalização dará ciência à Gestão do Contrato, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda à abertura de processo de penalidades contra a empresa, de acordo com o estabelecido na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades previstas no Edital.

9.3 A despesa relativa à entrega do objeto correrá por conta exclusiva da contratada.

9.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE:

10.1 A Contratada obriga-se a:

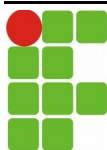
10.1.1 Cumprir fielmente, além da Lei nº 8.666/93, o estipulado no Edital, no termo de referência e seus Anexos, na sua proposta e em especial;

10.1.2 Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

10.1.3 Cumprir fielmente esta norma, de forma que os serviços relacionados sejam executados com esmero e perfeição.

10.1.4 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de equipe/ equipamentos/ materiais, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

10.1.5 Responsabilizar-se por eventuais erros/equívocos no dimensionamento de sua proposta;





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

10.1.6 Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Contratante;

10.1.7 Providenciar, no prazo estipulado pela Fiscalização da Contratante, a correção de falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE na execução do contrato, prestando os devidos esclarecimentos ao setor de fiscalização da CONTRATANTE.

10.1.8 Manter, durante toda a contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.9 Observar rigorosamente as normas que regulamentam o exercício de suas atividades, cabendo-lhes inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões, com a observância também às recomendações aceitas pela boa técnica e legislação vigentes;

10.1.10 Obter junto ao Município, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

10.1.11 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

10.1.12 Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto deste Contrato, cabendo-lhe integralmente o ônus decorrente, independente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE;

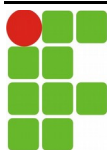
10.1.13 Cumprir e fazer cumprir seus prepostos ou conveniados, leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto deste termo de referência, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes;

10.1.14 Cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene do Trabalho, fornecendo adequado equipamento de proteção individual e coletiva a todos que trabalham ou que, por qualquer motivo, permaneçam no local a ser executado o serviço;

10.1.15 Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho quando, em ocorrência da espécie, os seus empregados forem vítimas no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificados em dependência da CONTRATANTE.

10.1.16 Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

10.1.17 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas através da presente contratação, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

10.1.18 Se responsabilizar pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12,13, 14 e 18 a 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.19 Utilizar profissionais habilitados e com conhecimentos específicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.1.20 Manter em campo, responsável técnico pelos serviços prestados, sendo esse, preposto da Contratada, profissional de nível superior registrado junto ao CREA ou CAU apto a acompanhar a execução dos serviços;

10.1.21 Apresentar à Contratante, quando do início das atividades, e sempre que houver alocação de novo empregado na execução do contrato, a relação nominal dos profissionais responsáveis pela execução dos serviços, especificando a área de atuação e a capacitação técnica de cada um deles, indicados para a prestação dos serviços durante todo o prazo contratual. A eventual substituição de profissionais poderá ocorrer mediante comunicação por escrito à Fiscalização;

10.1.22 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.23 Manter equipe técnica, quando nas dependências da Contratante, devidamente uniformizada e identificada;

10.1.24 Substituir imediatamente, em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente, por escrito, o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

10.1.25 Atender de imediato às solicitações da Contratante quanto à substituição de empregados alocados para a execução dos serviços, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;

10.1.26 Não permitir que seus empregados realizem horas extraordinárias fora da jornada normal de trabalho, em finais de semana ou em dias de feriados, exceto quando devidamente determinado pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

10.1.27 Não permitir a utilização de mão de obra de pessoa menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização de mão de obra de trabalhador menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.28 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Administração toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10.1.29 Instruir seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

10.1.30 Relatar, imediatamente, por escrito à Fiscalização toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços, incluindo a ocorrência de acidentes no local dos serviços;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

10.1.31 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.1.32 Providenciar mão de obra, equipamentos e materiais necessários à plena execução dos serviços conforme o contratado. Os equipamentos e materiais deverão estar em perfeito estado de funcionamento, inclusive os equipamentos de proteção individual e de proteção coletiva, as sinalizações e os meios necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos, de modo a se evitar acidentes de qualquer natureza;

10.1.33 Providenciar água, energia elétrica e demais insumos necessários à realização dos serviços;

10.1.34 Arcar com os prejuízos decorrentes da paralisação das atividades por inoperância de equipamentos e mão de obra;

10.1.35 Apresentar certidão atualizada de registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA SC, ou visto quando de outro estado federativo, ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, bem como de seus responsáveis técnicos pelo acompanhamento e fiscalização do objeto deste Termo de Referência;

10.1.36 Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica, referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas vigentes (Leis nº 6.496/77 e nº 12.378/2010);

10.1.37 Apresentar Livro de Registros, elaborado pelo preposto Responsável Técnico da Contratada, onde serão registrados todos os eventos ocorridos durante a execução dos serviços, tais como, paralisações eventuais, alteração na Programação de Sondagem, número de funcionários e equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, bem como, os comunicados com a Fiscalização do Contrato e situação das atividades em relação ao cronograma previsto e quaisquer outras ocorrências consideradas relevantes, sendo necessária a assinatura diária por representante de cada parte (Contratante e Contratada);

10.1.38 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução n. 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010;

10.1.39 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;

10.1.40 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação e demais existentes;

10.1.41 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contratado;





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

10.1.42 Zelar pela boa e fiel execução dos serviços contratados.

10.2 A Contratante obriga-se a:

10.2.1 Receber provisória e definitivamente o objeto, conforme especificações, prazos e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.2.2 Acompanhar e fiscalizar, através de servidor ou comissão especialmente designada, o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, sob os aspectos quantitativo e qualificativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma;

10.2.3 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.4 Comunicar à Contratada por escrito sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.2.5 Atestar as notas fiscais/faturas, por servidor competente;

10.2.6 Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas do contrato;

10.2.7 Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

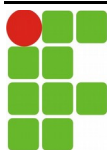
10.2.8 Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.2.9 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.2.10 Arquivar, dentre outros documentos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos e relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10.2.11 Efetuar o pagamento à empresa Contratada de acordo com o preço, os prazos e as condições estipuladas no edital e na licitação;

10.3 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

11. MEDIDAS ACAUTELADORAS

11.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

12. PERIODICIDADE DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1 As despesas decorrentes da execução do objeto desta licitação correrão, no exercício de 2016, à conta do Orçamento Geral da União, Programa de Trabalho: 108785, fonte: 0112000000, Elemento de Despesa: 339039. As despesas decorrentes da execução do objeto desta licitação que, por ventura ocorrerem em exercício futuro, correrão a conta dos créditos orçamentários então vigentes.

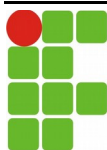
14. DA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

14.1 O Diretor-Geral *pro tempore* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações, Lei nº 10.520/02 de 17/07/02, Decreto nº 5.450/05, de 31/05/2005 aprova o presente termo de referência de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico.

Luzerna (SC), 20 de junho de 2016

Eduardo Butzen

Diretor-Geral *pro tempore* do IFC -Campus Luzerna
Portaria nº 2.224 DOU 19/11/2012



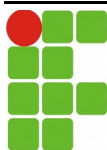


Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

APÊNDICE I (A) DO TERMO DE REFERÊNCIA

**PRANCHA (LV01/01) COM A PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDAGEM DO
CAMPUS CAMBORIÚ.**

POR RAZÕES TÉCNICAS A PRANCHA (LV01/01) COM A PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDAGEM DO CAMPUS CAMBORIÚ encontram-se a disposição dos interessados junto a comissão de licitação do IF Catarinense – Campus Luzerna, ou no site <http://www.luzerna.ifc.edu.br> – Administrativo – DAP - Licitações – Pregão Eletrônico – Pregão Eletrônico (SRP) nº 0004/2016



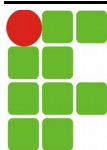


Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

APÊNDICE I (B) DO TERMO DE REFERÊNCIA

**MEMORIAL DESCRITIVO DA PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDAGEM DO
*CAMPUS CAMBORIÚ;***

**PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDAGEM
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
*CAMPUS CAMBORIÚ – CAMBORIÚ /SC***



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CATARINENSE
Campus Luzerna

Rua Vigário Frei João 550, Centro
Luzerna – CEP 89609-000
(49) 3523-4300



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

MEMORIAL DESCRITIVO DA PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDAGEM

1.	INTRODUÇÃO	03
1.1	OBJETO	03
1.2	NORMAS DE EXECUÇÃO	03
1.3	DISPOSIÇÕES GERAIS	03
2.	MEMORIAL DESCRITIVO	04
2.1	EXTENSÃO ESTIMADA DO SERVIÇO	04
2.2	DESCRIÇÃO GERAL DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO E QUANTIFICAÇÃO ESTIMADA DOS FUROS DE SONDAGEM	04
2.2.1	Área de intervenção 01	05
2.2.2	Área de intervenção 02	06
2.2.3	Área de intervenção 03	07
2.2.4	Área de intervenção 04	09
2.3	SERVIÇOS COMPLEMENTARES ESTIMADOS	10
2.4	PROGRAMAÇÃO DA SONDAGEM	10
2.5	PROFUNDIDADE DOS FUROS DE SONDAGEM	10
2.6	ENSAIOS NECESSÁRIOS E PERTINENTES	10
2.7	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	11





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

1. INTRODUÇÃO

Este documento apresenta descrição e condicionantes técnicas e administrativas que nortearão os serviços de sondagem. Faz parte deste documento a prancha LV 01/01 com a proposta de locação dos furos de sondagem e implantação da área de intervenção, considerada a área onde será realizado o serviço de sondagem dentro do *campus*.

1. OBJETO

Trata-se da contratação de serviço de sondagem do solo a percussão com ensaio *Standard Penetration Test* (SPT), visando a determinação da estratigrafia e classificação do solo, a posição do nível d'água e a medida de índice de resistência à penetração NSPT, de acordo com a norma ABNT NBR 6484/2001 e demais pertinentes, para as ampliações do ginásio e área das caixas d'água, e implantações do bloco de salas de aula e da antena de rádio do Instituto Federal Catarinense do *campus* Camboriú em Santa Catarina, localizado na Rua Joaquim Garcia, sem número, no Bairro Centro em Camboriú – SC.

2. NORMAS DE EXECUÇÃO:

Para a realização dos serviços de sondagem a contratada deverá atender no que couber, às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, dentre elas as:

- NBR 6457/86 – Amostras de Solo – Preparação para ensaios de compactação e ensaios de caracterização;
- NBR 6458/84 (corrigida em 1988) – Grãos de pedregulho retido na peneira de 4,8 mm – Determinação da massa específica aparente e da absorção de água;
- NBR 6459/84 – Solo – Determinação do Limite de Liquidez;
- NBR 6484/01 – Solo – Sondagens de Simples Reconhecimentos com SPT – Método de Ensaio;
- NBR 6502/95 – Rochas e Solos;
- NBR 7180/88 – Solo – Determinação do Limite de Plasticidade;
- NBR 7181/84 (correção em 1988) – Solo – Análise Granulométrica;
- NBR 7182/86 (correção em 1988) – Solo – Ensaio de Compactação;
- NBR 8036/83 – Programação de Sondagem de Simples Reconhecimento dos Solos para Fundações de Edifícios – Procedimento;
- NBR 9820/97 – Coleta de Amostras Indeformadas de Solos de Baixa Consistência em Furos de Sondagem – Procedimento;
- NBR 12722/92 – Discriminação de Serviços para Construção de Edifícios – Procedimento;
- NBR 13441/95 – Rochas e Solos – Simbologia; além das demais normas e legislações aplicáveis.

3. DISPOSIÇÕES GERAIS

A contratada deverá cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene do Trabalho, fornecendo adequado equipamento de proteção individual e coletiva a todos que trabalham ou que, por qualquer motivo, permaneçam no local a ser executado o serviço.

Caberá à Contratada fornecer todo o ferramental, maquinário e aparelhamento adequados a mais perfeita execução dos serviços contratados, bem como equipamentos de transporte vertical, andaimes, plataformas e condutores de entulho em conformidade com o recomendado na NR-18.

Os serviços deverão ser executados rigorosamente de acordo com as normas e leis vigentes.

03/11





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

A Contratada deverá fazer visita prévia ao local onde será realizado o serviço de sondagem, deverá conferir a proposta de quantificação e locação dos furos constantes na prancha LV 01/01 e caso haja alguma divergência ou impedimento para a execução do serviço, deverá ser comunicado imediatamente à Fiscalização. Após a visita *in loco*, e considerando essa, a empresa deverá apresentar a Programação de Sondagem à Fiscalização para que sejam liberados serviços para o estudo do solo, também deverá ser considerada a possibilidade de existência de infraestrutura subterrânea, sendo assim, a sondagem deverá ser executada em etapas de forma a não ocorrer danos nas infraestruturas elétrica, hidráulica e demais existentes. Ainda, em casos onde há vegetação, a empresa deverá fazer avaliação para que se evite a abertura de picadas e clareiras, que apenas devem ser utilizadas quando não houver alternativa técnica.

Caso haja divergência entre medições *in loco*, Memorial Descritivo, e pranchas, prevalecerá sempre o primeiro.

Em caso de dúvida quanto à interpretação, das normas ou das especificações, orçamentos ou procedimentos contidos no Memorial Descritivo, será consultada a Fiscalização.

Caberá à Contratada elaborar, de acordo com as necessidades do serviço, novas mensurações do local, as quais serão previamente examinadas pela Fiscalização. Durante o serviço poderá a Contratante apresentar cálculos e desenhos complementares, os quais serão, também, devidamente autenticados pela Contratada.

Caso haja a necessidade de retirada de materiais para a perfuração e/ou montagem de equipamentos, após a finalização do serviço, caberá a Contratada recuperar o local com o aproveitamento de peças (piso intertravado, forro, telhas, terças, etc.), caso seja possível; havendo algum dano às peças, essas deverão ser repostas pela Contratada às suas expensas. Para área onde haverá demolição de piso e contrapiso, a Contratada deverá recuperar a área. Os materiais implantados nessas áreas deverão ser de mesma qualidade ou superior aos existentes, devendo a amostra do material ser previamente aceita pela Fiscalização.

Fica a cargo da contrata providenciar água, energia elétrica e demais insumos necessários à realização dos serviços.

2. MEMORIAL DESCRITIVO

2.1. EXTENSÃO ESTIMADA DO SERVIÇO

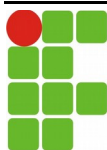
Estão sendo estimadas para o serviço de sondagem 04 (quatro) áreas de intervenção: área de intervenção 01 com 1283,85 m², onde será implantado o bloco de salas de aula; área de intervenção 02 com 180,00 m², onde será realizada a ampliação do ginásio; área de intervenção 03 com 777,01 m², onde será locada a antena de rádio e realizada a ampliação da área das caixas d'água; área de intervenção 04 com 1600 m², cuja locação ainda não foi definida pela administração do *campus*. Em casos que não há a disposição em planta dos elementos citados, a sondagem abrangerá a extensão de previsão.

...para a fase de projeto ou para o caso de estruturas especiais, eventualmente poderão ser necessárias investigações complementares para a determinação dos parâmetros de resistência ao cisalhamento e da compressibilidade dos solos, que terão influência sobre o comportamento de estrutura projetada. (Norma ABNT NBR 8036/83).

2.2. DESCRIÇÃO GERAL DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO E QUANTIFICAÇÃO ESTIMADA DOS FUROS DE SONDAGEM

Para a estimativa de quantificação e locação dos furos de sondagem foi utilizada a Norma ABNT NBR 8036/1983, sendo a quantidade estimada de furos calculada de acordo com os subitens 4.1.1.2 e

04/11





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

4.1.1.3, e, para a proposta de locação desses furos foi adotado o critério previsto pela mesma Norma nas alíneas “a” e “b” do subitem 4.1.1.4.

2.2.1. Área de intervenção 01:

Localizada em terreno urbano, possui área prevista de 1.283,85 m², com terreno levemente inclinado onde se pretende implantar o novo bloco de salas de aula. Essa área está locada em terreno em que consta em sua matrícula:

- Matrícula de nº 4339: 4º terreno, com área de 154.00,00 metros quadrados, e as seguintes medidas e confrontações: na frente que faz na Estrada municipal, 110,00 metros, e de fundos que fazem no travessão dos Alegres, 1400,00 metros; extrema ao leste com terras do Colégio Agrícola e ao oeste com o 5º terreno descrito na mesma escritura.

a) Memorial fotográfico:



Fig. 01: Área de Intervenção 01.



Fig. 02: Área de Intervenção 01.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna



Fig. 03: Área de Intervenção 01.

b) Proposta de quantificação e locação dos furos de sondagem:

Tendo em vista a área de 1.283,85 m², foram estimados 07 (sete) furos para o estudo do solo, calculados de acordo com a tabela 01, porém, como foram executados dois furos nessa área em sondagem datada de agosto de 2014, então, deverão ser executados para este estudo apenas 05 (cinco) furos de SP01 a SP05, os quais estão distribuídos de forma a não estarem alinhados, como pode ser observado na prancha L01/01.

Tabela 1: Quantificação dos furos de sondagem.

Quantificação dos furos de sondagem Área de Intervenção 01 = 1.283,85 m ²	
	Quantidade de furos
Área <= 1.200,00 m ² 01 furo a cada 200 m ²	6,0
1.200,00 m ² >= Área <= 2.400,00 m ² 01 furo a cada 400 m ²	1,0
Total de furos	7,0

2.2.2. Área de intervenção 02:

Localizada em dois terrenos considerados rurais, possui área de 180,00 m², com terreno plano pavimentado com piso intertravado de concreto, onde se pretende ampliar o ginásio de esportes. Essa área está locada em dois terrenos em que constam em suas matrículas:

- Matrícula nº 21.220: 5º terreno situado no lugar João da Costa, Norte do Rio Camboriú deste município, com área aproximada de 234.788,40 metros quadrados, medindo o mesmo 169,40 metros de frente que fazem na Estrada que segue para o lugar do Rio do Meio, com 1386 metros mais ou menos de fundos, que fazem até o travessão denominado Faustinos, extremando por um lado com o terreno nº 4º descrito na mesma escritura e pelo outro lado com terras do 6º terreno também descrito na mesma escritura;
- Matrícula nº 20.572: 6º terreno, situado no lugar João da Costa, deste Município, com área de 287.980,00 metros quadrados, medindo o mesmo terreno 187 metros de frente que fazem no Rio Camboriú, com 1540 metros de fundos que fazem até





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

o travessão Alegres, extremando por um lado com terras com quem de direito tiver e pelo outro lado com o terreno nº 5º acima descrito.

a) Memorial fotográfico:

06/11



Fig. 04: Área de Intervenção 02.



Fig. 05: Área de Intervenção 02.

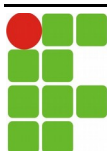
c) Proposta de quantificação e locação dos furos de sondagem:

Tendo em vista a área de 180,00 m², referentes à área de projeção em planta de ampliação do ginásio de esportes, foram estimados 02 (dois) furos para o estudo do solo, SP06 e SP07, estimados de acordo com o critério referente ao subitem “a” do item 4.1.1.2 da norma ABNT NBR 8036/1983, os quais foram locados próximos aos pontos de apoio.

2.2.3. Área de intervenção 03:

Localizada em dois terrenos considerados rurais, possui área prevista de 777,01 m², com terreno acidentado sem pavimentação, destinada à implantação da antena de rádio e à ampliação das caixas d’água. Essa área está locada em dois terrenos com Matrícula de nº 20.572 e Matrícula nº 21.220 em que constam respectivamente:

- Matrícula nº 20.572: 4º terreno, com área de 38.610,00 metros quadrados, medindo o mesmo 28,60 metros de frente que fazem na estrada que segue para o





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

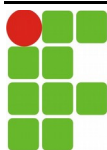
lugar Rio do Meio, com 1.350 metros de fundos que fazem até o travessão Alegres, extremado pelo Norte com terras do terceiro terreno (Matrícula: 21.219), então com José Nascimento Martins e pelo outro lado com o quinto terreno (Matrícula: 21.220), então com terras de Otávio cesáreo e que dito terreno está situado no lugar João da Costa;

- Matrícula nº 21.220: 5º terreno situado no lugar João da Costa, Norte do Rio Camboriú deste município, com área aproximada de 234.788,40 metros quadrados, medindo o mesmo 169,40 metros de frente que fazem na Estrada que segue para o lugar do Rio do Meio, com 1.386 metros mais ou menos de fundos, que fazem até o travessão denominado Faustinos, extremado por um lado com o terreno nº 4º descrito na mesma escritura e pelo outro lado com terras do 6º terreno também descrito na mesma escritura;

a) Memorial fotográfico:



Fig. 06: Área de Intervenção 03.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna



Fig. 06: Área de Intervenção 03.

b) Proposta de quantificação e locação dos furos de sondagem:

Tendo em vista a área de 777,01 m², foram estimados 04 (quatro) furos para o estudo do solo, estimados de acordo com a tabela 02. Os furos de SP08 a SP11 esses foram locados de forma a não estarem alinhados, como pode ser observado na prancha L01/01.

Tabela 2: Quantificação dos furos de sondagem.

Quantificação dos furos de sondagem Área de Intervenção 03 = 777,01 m ²	
	Quantidade de furos
Área <= 1.200,00 m ² 01 furo a cada 200 m ²	4,0
Total de furos	4,0

2.2.4. Área de intervenção 04:



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

Área estimada de 1.600,00 m² ainda não locada. Para essa área foram estimados 07 (sete) furos de sondagem de acordo com a tabela 03. A localização desses furos deverá ser definida a posteriori pela administração do campus. Tabela 3: Quantificação dos furos de sondagem.

Quantificação dos furos de sondagem	
Área de Intervenção 04 = 1.600,00 m ²	
	Quantidade de furos
Área <= 1.200,00 m ² 01 furo a cada 200 m ²	6,0
1.200,00 m ² >= Área <= 2.400,00 m ² 01 furo a cada 400 m ²	1,0
Total de furos	7,0

2.3. SERVIÇOS COMPLEMENTARES ESTIMADOS:

- Retirada e recolocação de piso de concreto intertravado apenas em áreas onde se fizer necessário para a execução dos furos de sondagem, com o reaproveitamento de material. Em caso de danos às peças, ficará a cargo da Contratada a reposição do material, sendo esse, de mesma qualidade técnica ou superior. Ficarão também a cargo da Contratada equipamentos e mão de obra para a plena execução dos serviços;
- Capina e roçagem **com** retirada de arbustos, a serem realizadas manualmente com foice, roçadeira, motosserra ou outras ferramentas adequadas, sendo o fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra, incluindo seus custos, a cargo da contratada. Os serviços deverão ser realizados apenas nas áreas onde se fizer necessário para a execução dos furos de sondagem;
- Capina e roçagem **sem** retirada de pequenos arbustos, a serem realizadas manualmente com foice, roçadeira ou outras ferramentas adequadas, sendo o fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra, incluindo seus custos, a cargo da contratada. Os serviços deverão ser realizados apenas nas áreas onde se fizer necessário para a execução dos furos de sondagem;
- Abertura de picada com largura máxima de 1,0 m, a ser executada manualmente com foice, machado, facões e outras ferramentas adequadas, sendo o fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra a cargo da Contratada. O serviço deverá ser realizado estritamente quando necessário para acessar o local onde serão executados os furos de sondagem.

2.4. PROGRAMAÇÃO DA SONDAGEM

Mesmo com a quantificação estimada de furos apresentada pela Contratante, a contratada deverá apresentar à Fiscalização para a aprovação a Programação da Sondagem de acordo com a Norma ABNT NBR 8036/1983 e demais normas pertinentes, antes de iniciar os serviços de demolição, retirada de materiais, capina e roçagem.

2.5. PROFUNDIDADE DOS FUROS DE SONDAGEM

O alcance dos furos deverá ser até a camada impenetrável.

2.6. ENSAIOS NECESSÁRIOS E PERTINENTES



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

Todos os furos de sondagem deverão atender aos critérios do ensaio SPT (Standard Penetration Test) descritos na Norma ABNT NBR 6484/2001 e demais normas pertinentes. 10/11

2.7. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados deverão ser entregues em relatório final em folha formato A4, atendendo aos critérios da Norma ABNT NBR 6484/2001 e demais pertinentes, numerado, datado e assinado por responsável técnico pelo trabalho perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA. Também, deverão constar no relatório final a planta de locação dos furos executados (em folha de formato A4 ou A3) com referencial de nível (RN) da boca do furo e suas cotas de amarração em relação a pontos de referência utilizados, a serem definidos pela executora. No relatório final deverá constar o memorial fotográfico da execução e das amostras retiradas devidamente identificadas.

As Anotações de Responsabilidade Técnica devem ser entregues devidamente assinadas pelo responsável técnico e pagas pela Contratada.

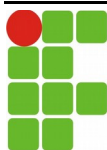
Blumenau, 12 de fevereiro de 2016.

ELLEN C. DE ANDRADE THOMAZO

Arquiteta e Urbanista

CAU: A63213-9

CPF: 312.510.588-92



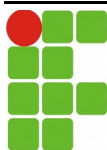


Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

APÊNDICE II (A) DO TERMO DE REFERÊNCIA

**PRANCHA (LV01/01) COM A PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDAÇÃO DO
*CAMPUS LUZERNA.***

POR RAZÕES TÉCNICAS A PRANCHA (LV01/01) COM A PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDAÇÃO DO *CAMPUS LUZERNA* ENCONTRAM-SE A DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS JUNTO A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO IF CATARINENSE – CAMPUS LUZERNA, OU NO SITE [HTTP://WWW.LUZERNA.IFC.EDU.BR](http://www.luzerna.ifc.edu.br) – ADMINISTRATIVO – DAP - LICITAÇÕES – PREGÃO ELETRÔNICO – PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 0004/2016





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

APÊNDICE II (B) DO TERMO DE REFERÊNCIA

**MEMORIAL DESCRITIVO DA PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDAÇÃO DO
*CAMPUS LUZERNA;***

**PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
*CAMPUS LUZERNA – LUZERNA/SC***





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

MEMORIAL DE PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDAGEM

1.	INTRODUÇÃO	03
1.1	OBJETO	03
1.2	NORMAS DE EXECUÇÃO	03
1.3	DISPOSIÇÕES GERAIS	03
2.	MEMORIAL DESCRITIVO	04
2.1	EXTENSÃO ESTIMADA DO SERVIÇO	04
2.2	DESCRIÇÃO GERAL DO TERRENO.....	04
2.3	DESCRIÇÃO GERAL DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO E QUANTIFICAÇÃO ESTIMADA DOS FUROS DE SONDAGEM.....	05
2.3.1	Área de intervenção 01	05
2.3.2	Área de intervenção 02	06
2.3.3	Área de intervenção 03	09
2.4	SERVIÇOS COMPLEMENTARES ESTIMADOS	11
2.5	PROGRAMAÇÃO DA SONDAGEM	11
2.6	PROFUNDIDADE DOS FUROS DE SONDAGEM	11
2.7	ENSAIOS NECESSÁRIOS E PERTINENTES	11
2.8	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	11





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

1. INTRODUÇÃO

Este documento apresenta descrição e condicionantes técnicas e administrativas que nortearão os serviços de sondagem. Faz parte deste documento a prancha LV 01/01 com a proposta de locação dos furos de sondagem e implantação da área de intervenção, considerada a área onde será realizado o serviço de sondagem dentro do *campus*.

1.1. OBJETO

Trata-se da contratação de serviço de sondagem do solo a percussão com ensaio *Standard Penetration Test* (SPT), visando a determinação da estratigrafia e classificação do solo, a posição do nível d'água e a medida de índice de resistência à penetração NSPT, de acordo com a norma ABNT NBR 6484/2001 e demais pertinentes, para a implantação do ginásio de esportes, execução do muro de contenção e, pavimentação e drenagem das vias de acesso do Instituto Federal Catarinense do *campus* Luzerna em Santa Catarina, localizado na Rua Vigário Frei João, nº 550, no Bairro Centro em Luzerna – SC.

1.2. NORMAS DE EXECUÇÃO:

Para a realização dos serviços de sondagem a contratada deverá atender no que couber, às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, dentre elas as:

- NBR 6457/86 – Amostras de Solo – Preparação para ensaios de compactação e ensaios de caracterização;
- NBR 6458/84 (corrigida em 1988) – Grãos de pedregulho retido na peneira de 4,8 mm – Determinação da massa específica aparente e da absorção de água;
- NBR 6459/84 – Solo – Determinação do Limite de Liquidez;
- NBR 6484/01 – Solo – Sondagens de Simples Reconhecimentos com SPT – Método de Ensaio;
- NBR 6502/95 – Rochas e Solos;
- NBR 7180/88 – Solo – Determinação do Limite de Plasticidade;
- NBR 7181/84 (correção em 1988) – Solo – Análise Granulométrica;
- NBR 7182/86 (correção em 1988) – Solo – Ensaio de Compactação;
- NBR 8036/83 – Programação de Sondagem de Simples Reconhecimento dos Solos para Fundações de Edifícios – Procedimento;
- NBR 9820/97 – Coleta de Amostras Indeformadas de Solos de Baixa Consistência em Furos de Sondagem – Procedimento;
- NBR 12722/92 – Discriminação de Serviços para Construção de Edifícios – Procedimento;
- NBR 13441/95 – Rochas e Solos – Simbologia; além das demais normas e legislações aplicáveis.

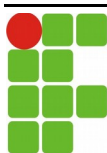
1.3. DISPOSIÇÕES GERAIS

A contratada deverá cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene do Trabalho, fornecendo adequado equipamento de proteção individual e coletiva a todos que trabalham ou que, por qualquer motivo, permaneçam no local a ser executado o serviço.

Caberá à Contratada fornecer todo o ferramental, maquinário e aparelhamento adequados a mais perfeita execução dos serviços contratados, bem como equipamentos de transporte vertical, andaimes, plataformas e condutores de entulho em conformidade com o recomendado na NR-18.

Os serviços deverão ser executados rigorosamente de acordo com as normas e leis vigentes.

03/11





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

A Contratada deverá fazer visita prévia ao local onde será realizado o serviço de sondagem, deverá conferir a proposta de quantificação e locação dos furos constantes na prancha LV 01/01 e caso haja alguma divergência ou impedimento para a execução do serviço, deverá ser comunicado imediatamente à Fiscalização. Após a visita *in loco*, e considerando essa, a empresa deverá apresentar a Programação de Sondagem à Fiscalização para que sejam liberados serviços para o estudo do solo, também deverá ser considerada a possibilidade de existência de infraestrutura subterrânea, sendo assim, a sondagem deverá ser executada em etapas de forma a não ocorrer danos nas infraestruturas elétrica, hidráulica e demais existentes. Ainda, em casos onde há vegetação, a empresa deverá fazer avaliação para que se evite a abertura de picadas e clareiras, que apenas devem ser utilizadas quando não houver alternativa técnica.

Caso haja divergência entre medições *in loco*, Memorial Descritivo, e pranchas, prevalecerá sempre o primeiro.

Em caso de dúvida quanto à interpretação, das normas ou das especificações, orçamentos ou procedimentos contidos no Memorial Descritivo, será consultada a Fiscalização.

Caberá à Contratada elaborar, de acordo com as necessidades do serviço, novas mensurações do local, as quais serão previamente examinadas pela Fiscalização. Durante o serviço poderá a Contratante apresentar cálculos e desenhos complementares, os quais serão, também, devidamente autenticados pela Contratada.

Caso haja a necessidade de retirada de materiais para a perfuração e/ou montagem de equipamentos, após a finalização do serviço, caberá a Contratada recuperar o local com o aproveitamento de peças (piso intertravado, forro, telhas, terças, etc.), caso seja possível; havendo algum dano às peças, essas deverão ser repostas pela Contratada às suas expensas. Para área onde haverá demolição de piso e contrapiso, a Contratada deverá recuperar a área. Os materiais implantados nessas áreas deverão ser de mesma qualidade ou superior aos existentes, devendo a amostra do material ser previamente aceita pela Fiscalização.

Fica a cargo da contrata providenciar água, energia elétrica e demais insumos necessários à realização dos serviços.

2. MEMORIAL DESCRITIVO

2.1. EXTENSÃO ESTIMADA DO SERVIÇO

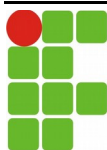
Estão sendo estimadas para o serviço de sondagem 03 (três) áreas de intervenção: área de intervenção 01 com 4.842,23 m², onde se pretende estudar o solo para futuras implantações; área de intervenção 02 com 4.350,19 m², onde se pretende implantar o ginásio e o refeitório, realizar a pavimentação e drenagem das duas vias de acesso aos platôs, já executados por terraplanagem; área de intervenção 03 com 162,44 metros lineares, onde se pretende executar o muro de arrimo. Em casos que não há a disposição em planta dos elementos citados, a sondagem abrangerá a extensão de previsão, porém,

...para a fase de projeto ou para o caso de estruturas especiais, eventualmente poderão ser necessárias investigações complementares para a determinação dos parâmetros de resistência ao cisalhamento e da compressibilidade dos solos, que terão influência sobre o comportamento de estrutura projetada. (Norma ABNT NBR 8036/83).

1. DESCRIÇÃO GERAL DO TERRENO

A área é formada por três terrenos, os quais constam em suas escrituras públicas de doação:

- α) Terreno urbano situado sob o nº 41 na Rua São Roque, registrado sob a matrícula de número 27.656, com área de 4.445,74 m², medindo e confrontando para quem olha para a rua: Frente, com extensão de 33,14 m lineares confrontando com a Rua São Roque; Fundos, com extensão de 19,745 m lineares confrontando com as terras do Município de Luzerna; Lado esquerdo, formado por quatro linhas, sendo a primeira





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

com extensão de 70,00 m lineares, a segunda com extensão de 13,50 m lineares confrontando com o lote remanescente do processo de desmembramento, a terceira com extensão de 38,56 m lineares e a quarta com extensão de 28,386 m lineares, ambas confrontando com a Rua da Represa; Lado direito com extensão de 132,578 m lineares, confrontando com terras do SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;

- β) Terreno urbano situado na Rua Vigário Frei João, registrado sob a matrícula 04/11, 29.870, com área de 9.095,14 m², e seguintes confrontações: partindo do marco 01 situado na confrontação com a Rua Vigário Frei João; deste, segue rua, confrontando com a Rua Vigário Frei João com o azimute de 80°20'08" e a distância de 50,00 m até o marco 22; deste, segue linha seca, confrontando com Município de Luzerna (Matrícula 29.757) com o azimute de 181°35'40" e a distância de 185,18 m até o marco 21; deste, segue linha seca, confrontando com Município de Luzerna (Matrícula 29.757) com o azimute de 256°17'19" e a distância de 50,00 m até o marco 18 A; deste, segue linha seca, confrontando com Município de Luzerna com o azimute de 1°19'47" e a distância de 30,91 m até o marco 19; deste, segue linha seca, confrontando com o Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Catarinense (Matrícula 27.656) com o azimute de 1°20'53" e a distância de 19,745 m até o marco 20; deste, segue linha seca, confrontando com o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial com o azimute de 1°21'08" e a distância de 137,97 m até o marco 1 ponto inicial da descrição deste perímetro;
- χ) Terreno urbano situado na Rua Vigário Frei João, registrado sob a matrícula de número 30.649, com área de 8.917,54 m² e seguintes confrontações: partindo do marco 22 situado na confrontação com a Rua Vigário Frei João; deste, segue rua, confrontando com a Rua Vigário Frei João com o azimute de 80°20'08" e a distância de 50,00 m até o marco 23; deste, segue linha seca, confrontando com a área do lote remanescente do Município de Luzerna (Matrícula nº 29.871) com o azimute de 181°51'01" e a distância de 185,75 m até o marco 24; deste, segue linha seca, confrontando com a área do lote remanescente do Município de Luzerna (Matrícula nº 29.871) com o azimute de 256°17'19" e a distância de 50,00 m até o marco 21; deste, segue linha seca, confrontando com a área do lote remanescente do Município de Luzerna (Matrícula nº 29.870) com o azimute de 1°35'40" e a distância de 185,18 m até o marco 22, ponto inicial da descrição deste perímetro.

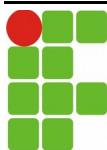
Os terrenos são parcialmente edificados, onde constam o prédio administrativo, o bloco de salas de aula e laboratórios, e bloco ainda em construção. Com relação à topografia, há o Levantamento Planialtimétrico dos terrenos, porém, esse está desatualizado tendo em vista a movimentação de terra realizada com cortes e aterros formando os platôs e vias existentes no local. De acordo com as figuras é possível observar a presença de pedras nos aterros, dessa forma, a empresa deverá considerar a existência desses e possíveis bloqueios no momento da penetração do trado.

2. DESCRIÇÃO GERAL DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO E QUANTIFICAÇÃO ESTIMADA DOS FUROS DE SONDAGEM

Para a estimativa de quantificação e locação dos furos de sondagem foi utilizada a Norma ABNT NBR 8036/1983, sendo a quantidade estimada de furos calculada de acordo com os subitens 4.1.1.2 e 4.1.1.3, e, para a proposta de locação desses furos foi adotado o critério previsto pela mesma Norma nas alíneas "a" e "b" do subitem 4.1.1.4.

1. Área de Intervenção 01:

Área com 4842,23 m², onde será realizado o estudo de locação de futuras edificações. Tendo em vista que ainda não houve a disposição em planta dessas edificações, foi adotado o critério





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

referente ao subitem 4.1.1.3 da norma ABNT NBR 8036/1983, sendo assim, os furos foram distribuídos de forma que a distância máxima entre eles fosse inferior a 100 m, também, foi considerado o não alinhamento dos furos. Verifica-se pela prancha LV01/01 que há um furo de sondagem já executado em 05/11/2014. A quantidade de furos estimada para essa área é de 09 (nove) furos de sondagem (SP01 a SP09).

a) Memorial fotográfico:



Fig. 01: Prédio Administrativo – foto datada de 01/2015.



Fig. 02: Área de Intervenção 01 – foto datada de 01/2015.

2. Área Intervenção 02:

Área com 4.350,19 m², em que constam os platôs onde se pretende implantar a edificação com ginásio e refeitório, e ainda, as duas vias de acesso aos mesmos, em que será realizada a pavimentação e drenagem. Atentando que ainda não houve a disposição em planta da nova edificação, foi adotado o critério referente ao subitem 4.1.1.3 da norma ABNT NBR 8036/1983 nas áreas dos platôs, sendo os furos distribuídos de forma que a distância máxima entre eles fosse inferior a 100 m e aproximadas entre si.

Como pode ser observado pelo esquema da figura 03 e prancha LV01/01, a área de Intervenção 02 foi dividida em três áreas: a primeira e a terceira com as vias de acesso 01 e 02 respectivamente, em que foram considerados 03 (três) furos de sondagem ao longo de cada uma; SP10 a SP12 para a via de acesso 01 e de SP22 a SP24 para a via de acesso 02; a segunda área, onde se localizam os platôs foi subdividida em 09 (nove) quadrantes semelhantes, considerando um furo para cada quadrante, de SP13 a SP21, totalizando então para a área de Intervenção 02, 15 (quinze) furos de sondagem, de SP10 a SP24.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

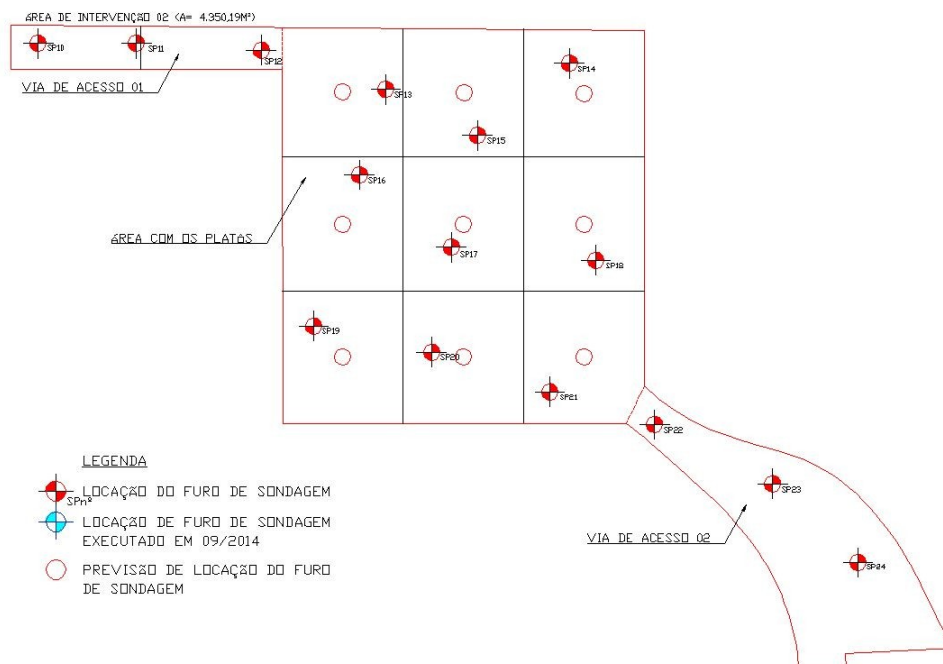


Fig. 03: Área de Intervenção 02 – Esquema de localização dos furos de sondagem.

a) Memorial fotográfico:

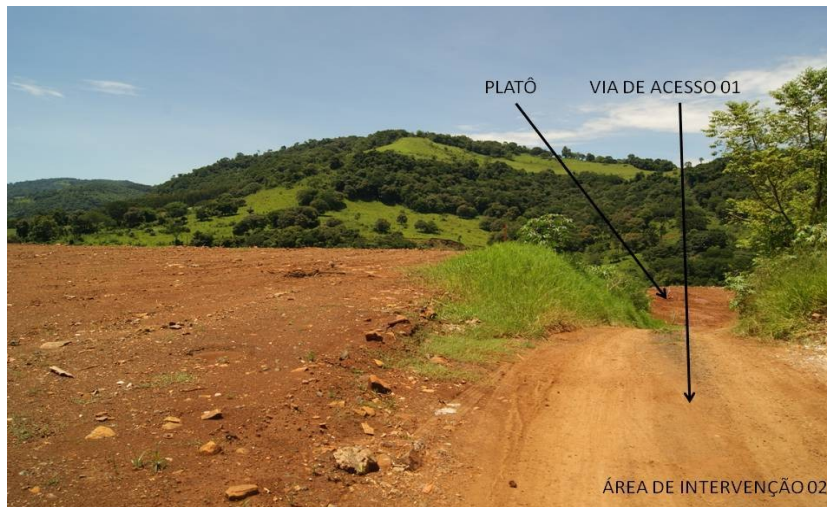


Fig. 04: Área de Intervenção 02 – foto datada de 01/2015.

07/11





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna



Fig. 05: Área de Intervenção 02 – foto datada de 01/2015.



Fig. 06: Área de Intervenção 02 – foto datada de 04/2013.



Fig. 07: Área de Intervenção 02 – foto datada de 04/2013.



Fig. 08: Área de Intervenção 02 – foto datada de 04/2013.

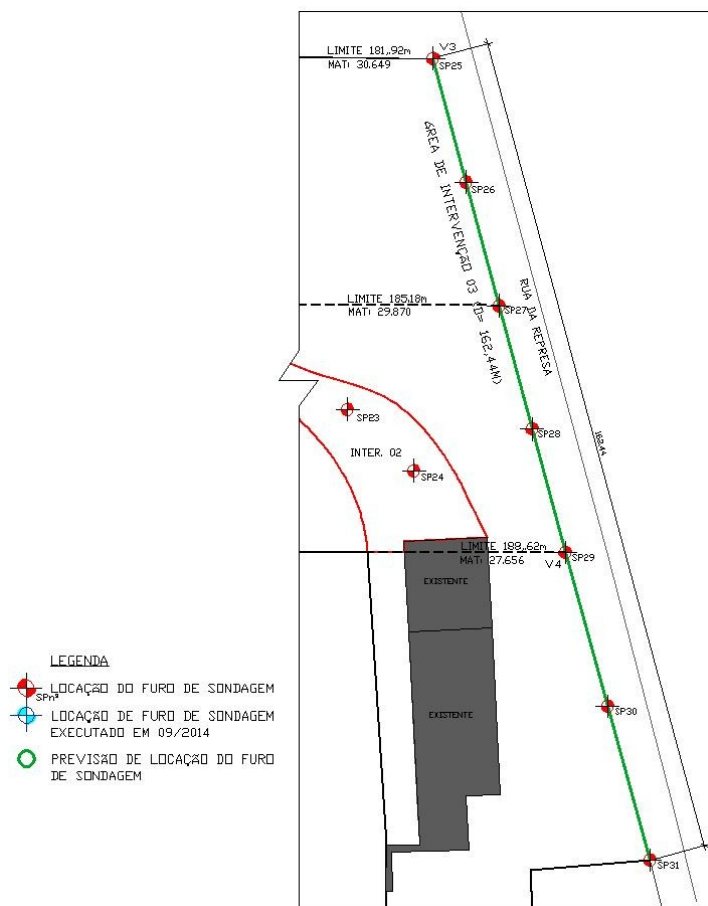
08/11

3. Área Intervenção 03:



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

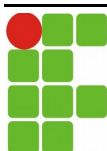
Área linear com 162,44 metros, onde se pretende executar o muro de arrimo. A área foi localizada na parte baixa ao longo do confrontamento dos lotes com a Rua da Represa. Para essa área foram estimados 07 (sete) furos de sondagem, de SP25 a SP31, como pode ser observado no esquema da figura 09.



09/11

Fig. 09: Área de Intervenção 03 – Esquema de localização dos furos de sondagem.

a) Memorial fotográfico:





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna



3. FIG. 10: ÁREA DE INTERVENÇÃO 03 – FOTO DATADA DE 01/2015. SERVIÇOS PLEMENTARES ESTIMADOS: ^{10/11}

- Capina e roçagem **com** retirada de arbustos, a serem realizadas manualmente com foice, roçadeira, motosserra ou outras ferramentas adequadas, sendo o fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra, incluindo seus custos, a cargo da contratada. Os serviços deverão ser realizados apenas nas áreas onde se fizer necessário para a execução dos furos de sondagem;
- Capina e roçagem **sem** retirada de pequenos arbustos, a serem realizadas manualmente com foice, roçadeira ou outras ferramentas adequadas, sendo o fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra, incluindo seus custos, a cargo da contratada. Os serviços deverão ser realizados apenas nas áreas onde se fizer necessário para a execução dos furos de sondagem;
- Abertura de picada com largura máxima de 1,0 m, a ser executada manualmente com foice, machado, facões e outras ferramentas adequadas, sendo o fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra a cargo da Contratada. O serviço deverá ser realizado estritamente quando necessário para acessar o local onde serão executados os furos de sondagem.

4. PROGRAMAÇÃO DA SONDAGEM

Mesmo com a quantificação estimada de furos apresentada pela Contratante, a contratada deverá apresentar à Fiscalização para a aprovação a Programação da Sondagem de acordo com a Norma ABNT NBR 8036/1983 e demais normas pertinentes, antes de iniciar os serviços de demolição, retirada de materiais, capina e roçagem.

5. PROFUNDIDADE DOS FUROS DE SONDAGEM

O alcance dos furos deverá ser até a camada impenetrável.

6. ENSAIOS NECESSÁRIOS E PERTINENTES

Todos os furos de sondagem deverão atender aos critérios do ensaio SPT (*Standard Penetration Test*) descritos na Norma ABNT NBR 6484/2001 e demais normas pertinentes.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

7. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados deverão ser entregues em relatório final em folha formato A4, atendendo aos critérios da Norma ABNT NBR 6484/2001 e demais pertinentes, numerado, datado e assinado por responsável técnico pelo trabalho perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA. Também, deverão constar no relatório final a planta de locação dos furos executados (em folha de formato A4 ou A3) com referencial de nível (RN) da boca do furo e suas cotas de amarração em relação a pontos de referência utilizados, a serem definidos pela executora. No relatório final deverá constar o memorial fotográfico da execução e das amostras retiradas devidamente identificadas.

As Anotações de Responsabilidade Técnica devem ser entregues devidamente assinadas pelo responsável técnico e pagas pela Contratada.

Blumenau, 27 de janeiro de 2016.

ELLEN C. DE ANDRADE THOMAZO Arquiteta e
Urbanista
CAU: A63213-9
CPF: 312.510.588-92

11/11



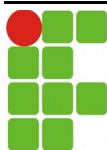


Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

APÊNDICE III (A) DO TERMO DE REFERÊNCIA

**PRANCHA (LV01/01) COM A PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDADE DO
CAMPUS SÃO FRANCISCO DO SUL**

POR RAZÕES TÉCNICAS A PRANCHA (LV01/01) COM A PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDADE DO *CAMPUS* SÃO FRANCISCO DO SUL ENCONTRAM-SE A DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS JUNTO A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO IF CATARINENSE – CAMPUS LUZERNA, OU NO SITE [HTTP://WWW.LUZERNA.IFC.EDU.BR](http://www.luzerna.ifc.edu.br) – ADMINISTRATIVO – DAP - LICITAÇÕES – PREGÃO ELETRÔNICO – PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 0004/2016



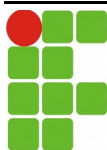


Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

APÊNDICE III (B) DO TERMO DE REFERÊNCIA

**MEMORIAL DESCRITIVO DA PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDAÇÃO DO
CAMPUS SÃO FRANCISCO DO SUL**

**PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
CÂMPUS SÃO FRANCISCO DO SUL – SÃO FRANCISCO DO SUL /SC**



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CATARINENSE
Campus Luzerna

Rua Vigário Frei João 550, Centro
Luzerna – CEP 89609-000
(49) 3523-4300



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

MEMORIAL DE PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDAGEM

1.	INTRODUÇÃO	03
1.1	OBJETO	03
1.2	NORMAS DE EXECUÇÃO	03
1.3	DISPOSIÇÕES GERAIS	03
2.	MEMORIAL DESCRITIVO	04
2.1	EXTENSÃO ESTIMADA DO SERVIÇO	04
2.2	DESCRIÇÃO GERAL DO TERRENO.....	04
2.3	DESCRIÇÃO GERAL DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO E QUANTIFICAÇÃO ESTIMADA DOS FUROS DE SONDAGEM.....	06
2.3.1	Área de intervenção 01	06
2.3.2	Área de intervenção 02	07
2.3.3	Área de intervenção 03	08
2.4	SERVIÇOS COMPLEMENTARES ESTIMADOS	08
2.5	PROGRAMAÇÃO DA SONDAGEM	09
2.6	PROFUNDIDADE DOS FUROS DE SONDAGEM	09
2.7	ENSAIOS NECESSÁRIOS E PERTINENTES	09
2.8	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	09





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

1. INTRODUÇÃO

Este documento apresenta descrição e condicionantes técnicas e administrativas que nortearão os serviços de sondagem. Faz parte deste documento a prancha LV 01/01 com a proposta de locação dos furos de sondagem e implantação da área de intervenção, considerada a área onde será realizado o serviço de sondagem dentro do *campus*.

1.1. OBJETO

Trata-se da contratação de serviço de sondagem do solo a percussão com ensaio *Standard Penetration Test* (SPT), visando a determinação da estratigrafia e classificação do solo, a posição do nível d'água e a medida de índice de resistência à penetração NSPT, de acordo com a norma ABNT NBR 6484/2001 e demais pertinentes, para a implantação da nova edificação e conhecimento do subsolo do terreno do Instituto Federal Catarinense do *campus* São Francisco do Sul, localizado na Rodovia Duque de Caxias, km 06, no Bairro Iperoba em São Francisco do Sul / SC.

1.2. NORMAS DE EXECUÇÃO:

Para a realização dos serviços de sondagem a contratada deverá atender no que couber, às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, dentre elas as:

- NBR 6457/86 – Amostras de Solo – Preparação para ensaios de compactação e ensaios de caracterização;
- NBR 6458/84 (corrigida em 1988) – Grãos de pedregulho retido na peneira de 4,8 mm – Determinação da massa específica aparente e da absorção de água;
- NBR 6459/84 – Solo – Determinação do Limite de Liquidez;
- NBR 6484/01 – Solo – Sondagens de Simples Reconhecimentos com SPT – Método de Ensaio;
- NBR 6502/95 – Rochas e Solos;
- NBR 7180/88 – Solo – Determinação do Limite de Plasticidade;
- NBR 7181/84 (correção em 1988) – Solo – Análise Granulométrica;
- NBR 7182/86 (correção em 1988) – Solo – Ensaio de Compactação;
- NBR 8036/83 – Programação de Sondagem de Simples Reconhecimento dos Solos para Fundações de Edifícios – Procedimento;
- NBR 9820/97 – Coleta de Amostras Indeformadas de Solos de Baixa Consistência em Furos de Sondagem – Procedimento;
- NBR 12722/92 – Discriminação de Serviços para Construção de Edifícios – Procedimento;
- NBR 13441/95 – Rochas e Solos – Simbologia; além das demais normas e legislações aplicáveis.

1.3. DISPOSIÇÕES GERAIS

A contratada deverá cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene do Trabalho, fornecendo adequado equipamento de proteção individual e coletiva a todos que trabalham ou que, por qualquer motivo, permaneçam no local a ser executado o serviço.

Caberá à Contratada fornecer todo o ferramental, maquinário e aparelhamento adequados a mais perfeita execução dos serviços contratados, bem como equipamentos de transporte vertical, andaimes, plataformas e condutores de entulho em conformidade com o recomendado na NR-18.

Os serviços deverão ser executados rigorosamente de acordo com as normas e leis vigentes.

03/09





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

A Contratada deverá fazer visita prévia ao local onde será realizado o serviço de sondagem, deverá conferir a proposta de quantificação e locação dos furos constantes na prancha LV 01/01 e caso haja alguma divergência ou impedimento para a execução do serviço, deverá ser comunicado imediatamente à Fiscalização. Após a visita *in loco*, e considerando essa, a empresa deverá apresentar a Programação de Sondagem à Fiscalização para que sejam liberados serviços para o estudo do solo, também deverá ser considerada a possibilidade de existência de infraestrutura subterrânea, sendo assim, a sondagem deverá ser executada em etapas de forma a não ocorrer danos nas infraestruturas elétrica, hidráulica e demais existentes. Ainda, em casos onde há vegetação, a empresa deverá fazer avaliação para que se evite a abertura de picadas e clareiras, que apenas devem ser utilizadas quando não houver alternativa técnica.

Caso haja divergência entre medições *in loco*, Memorial Descritivo, e pranchas, prevalecerá sempre o primeiro.

Em caso de dúvida quanto à interpretação das normas ou das especificações, orçamentos ou procedimentos contidos no Memorial Descritivo, será consultada a Fiscalização.

Caberá à Contratada elaborar, de acordo com as necessidades do serviço, novas mensurações do local, as quais serão previamente examinadas pela Fiscalização. Durante o serviço poderá a Contratante apresentar cálculos e desenhos complementares, os quais serão, também, devidamente autenticados pela Contratada.

Caso haja a necessidade de retirada de materiais para a perfuração e/ou montagem de equipamentos, após a finalização do serviço, caberá a Contratada recuperar o local com o aproveitamento de peças (piso intertravado, forro, telhas, terças, etc.), caso seja possível; havendo algum dano às peças, essas deverão ser repostas pela Contratada às suas expensas. Para área onde haverá demolição de piso e contrapiso, a Contratada deverá recuperar a área. Os materiais implantados nessas áreas deverão ser de mesma qualidade ou superior aos existentes, devendo a amostra do material ser previamente aceita pela Fiscalização.

Fica a cargo da contrata providenciar água, energia elétrica e demais insumos necessários à realização dos serviços.

2. MEMORIAL DESCRITIVO

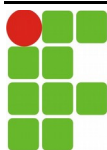
2.1. EXTENSÃO ESTIMADA DO SERVIÇO

O serviço de sondagem abrangerá 03 (três) áreas de intervenção: área de intervenção 01 com 1.763,67m², sendo a primeira opção para a implantação da nova edificação; área de intervenção 02 com 3.520,00m², sendo a segunda opção para a implantação da nova edificação; e intervenção 03 com 19.360,00 m², onde será realizada a sondagem para o reconhecimento do subsolo no restante do terreno. Em casos que não há a disposição em planta dos elementos citados, a sondagem abrangerá a extensão de previsão, porém.

...para a fase de projeto ou para o caso de estruturas especiais, eventualmente poderão ser necessárias investigações complementares para a determinação dos parâmetros de resistência ao cisalhamento e da compressibilidade dos solos, que terão influência sobre o comportamento de estrutura projetada. (Norma ABNT NBR 8036/83).

2.2. DESCRIÇÃO GERAL DO TERRENO

A área é formada por quatro terrenos, os quais constam em suas escrituras públicas: terreno urbano retangular, denominado como Área “A”, registrado sob a matrícula de número 41.457, situado na Rodovia Duque de Caxias – SC 301, contendo 20 m de frente ao Norte (lado par da Rodovia), 20 m de largura no fundo ao Sul e extensão de 228 m em ambos os lados, perfazendo uma área de 4.560,00 m²; terreno rural retangular, denominado como Área “A1” (desdobrada), registrado sob a matrícula de número 43.586, contendo 20 m de frente ao Norte (confrontação com o terreno Área “A”), 20 m de largura no fundo ao Sul (confrontação com área remanescente), e





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

extensão de 228 m em ambos os lados, perfazendo uma área de 4.560,00 m²; terreno urbano retangular, denominado como Área “B”, registrado sob a matrícula de número 41.458, situado na Rodovia Duque de Caxias – SC 301, contendo 68 m de frente ao Norte (lado par da Rodovia), 68 m de largura no fundo ao Sul e extensão de 228 m em ambos os lados, perfazendo uma área de 15.504,00 m²; terreno rural retangular, denominado como Área “B1” (desdobrada), registrado sob a matrícula de número 43.587, contendo 68 m de frente ao Norte (confrontação com o terreno Área “B”), 68 m de largura no fundo ao Sul (confrontação com área remanescente), e extensão de 228 m em ambos os lados, perfazendo uma área de 15.504,00 m².

04/09



Fig. 01: Localização esquemática dos terrenos.

Como pode ser observado pela Figura 01, os terrenos “A” e “B” são parcialmente edificados, onde constam prédios de auditório, biblioteca, Bloco Pedagógico, Bloco Administrativo, Bloco de Serviço e Vivência, Laboratórios Especiais, Quadra Poliesportiva, pátio coberto e guarita, também contam nesses terrenos, pátio descoberto, jardim, estacionamentos e etc. Já, os fundos dos terrenos “A” e “B”, e terrenos “A1” e “B1” não são edificados, possuindo vegetação adensada.

Com relação à topografia, há o Levantamento Planialtimétrico dos terrenos datado de maio de 2011, executado pela empresa Eplacon – Empresa de Construção e Planejamento, sendo o responsável técnico

05/09





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

Técnico em Geomensura José Tales Effting (CREA/SC: 081.201-5). A prancha do levantamento está anexada a esta documentação.

2.3. DESCRIÇÃO GERAL DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO E QUANTIFICAÇÃO ESTIMADA DOS FUROS DE SONDAGEM

Para a estimativa de quantificação e locação dos furos de sondagem foi utilizada a Norma ABNT NBR 8036/1983, sendo a quantidade estimada de furos calculada de acordo com os subitens 4.1.1.2 e 4.1.1.3, e, para a proposta de locação desses furos foi adotado o critério previsto pela mesma Norma nas alíneas “a” e “b” do subitem 4.1.1.4.

2.3.1. Área de intervenção 01:

Possui área prevista de 1.763,67m², considerada como primeira opção para a implantação da nova edificação, localizada nos terrenos “A” e “B” no pátio externo descoberto com jardim. Para essa área foram estimados 08 (oito) furos de sondagem, de SP01 a SP08, como pode ser observado pela tabela 01, os quais estão distribuídos em área plana, pavimentada com bloco intertravado e área gramada.

Tabela 1: Quantificação dos furos de sondagem.

Quantificação dos furos de sondagem Área de Intervenção 01 = 1.763,67m ²	
	Quantidade de furos
Área <= 1.200,00 m ² 01 furo a cada 200 m ²	6,0
1.200,00 m ² >= Área <= 2.400,00 m ² 01 furo a cada 400 m ² (para área excente de 1200,00 m ² : 563,67m ²)	2,0
Total de furos	8,0

a) Memorial fotográfico, imagens datas dos anos de 2014 e 2015:



Fig. 02: Área de Intervenção 01.



Fig. 03: Área de Intervenção 01.



Fig. 04: Área de Intervenção 01.

2.3.2. Área Intervenção 02:

Possui área prevista de 3.520,00m², considerada como segunda opção para a implantação da nova edificação, localizada nos terrenos “A” e “B”. Para essa área foram estimados 12 (doze) furos de sondagem, de SP09 a SP20, como pode ser observado pela tabela 02, os quais estão distribuídos em área plana com vegetação densa. Como pode ser observado pela prancha LV01/01, os furos foram distribuídos de forma a se evitar seus alinhamentos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

Tabela 2: Quantificação dos furos de sondagem.

Quantificação dos furos de sondagem Área de Intervenção 02 = 3.520,00m ²	
	Quantidade de furos
Área <= 1.200,00 m ² 01 furo a cada 200 m ²	6,0
1.200,00 m ² >= Área <= 2.400,00 m ² 01 furo a cada 400 m ² (para área excente de 1200,00 m ² : 2.320,00m ²	6,0
Total de furos	12,0

2.3.3. Área Intervenção 03:

Possui área prevista de 19.360,00m², onde será realizada a sondagem para o reconhecimento do subsolo no restante do terreno, localizada na região central dos terrenos “A1” e “B1”. Para essa área foram estimados 18 (dezoito) furos de sondagem, de SP21 a SP38, os quais estão distribuídos em área plana com vegetação densa, de forma que a distância máxima entre eles fosse 100 m, também, foi considerado o não alinhamento dos furos, como pode ser visto pela figura 05.

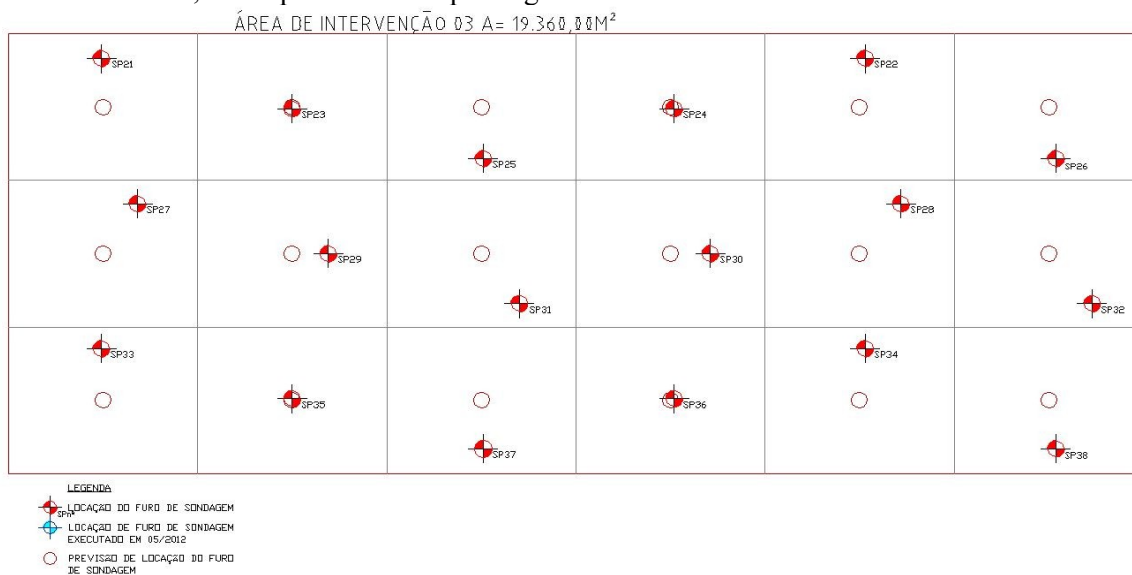


Fig. 05: Área de Intervenção 03 – Esquema de localização dos furos de sondagem.

2.4. SERVIÇOS COMPLEMENTARES ESTIMADOS:

- Capina e roçagem com retirada de arbustos, a serem realizadas manualmente com foice, roçadeira, motosserra ou outras ferramentas adequadas, sendo o fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra, incluindo seus custos, a cargo da contratada. Os serviços deverão ser realizados apenas nas áreas onde se fizer necessário para a execução dos furos de sondagem; Abertura de picada com



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

largura máxima de 1,0 m, a ser executada manualmente com foice, machado, facões e outras ferramentas adequadas, sendo o fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra a cargo da Contratada. O serviço deverá ser realizado estritamente quando necessário para acessar o local onde serão executados os furos de sondagem.

- Retirada e recolocação de piso de concreto intertravado apenas em áreas onde se fizer necessário para a execução dos furos de sondagem, com o reaproveitamento de material. Em caso de danos às peças, ficará a cargo da Contratada a reposição do material, sendo esse, de mesma qualidade técnica ou superior. Ficarão também a cargo da Contratada equipamentos e mão de obra para a plena execução dos serviços;
- Plantio de grama, considerando mão de obra de servente e jardineiro, grama em placa, fertilizantes, adubos, calcário e terra, em locais onde houver danificação do gramado para a execução dos furos;
- A Limpeza da área será considerada a retirada, remoção e devido descarte dos entulhos gerados através dos serviços executados, com o fornecimento e custeio de equipamentos, materiais e mão de obra a cargo da contratada.

08/09

2.5. PROGRAMAÇÃO DA SONDAGEM

Mesmo com a quantificação estimada de furos apresentada pela Contratante, a contratada deverá apresentar à Fiscalização para a aprovação a Programação da Sondagem de acordo com a Norma ABNT NBR 8036/1983 e demais normas pertinentes, antes de iniciar os serviços de demolição, retirada de materiais, capina e roçagem.

2.6. PROFUNDIDADE DOS FUROS DE SONDAGEM

O alcance dos furos deverá ser até a camada impenetrável.

2.7. ENSAIOS NECESSÁRIOS E PERTINENTES

Todos os furos de sondagem deverão atender aos critérios do ensaio SPT (*Standard Penetration Test*) descritos na Norma ABNT NBR 6484/2001 e demais normas pertinentes.

2.8. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

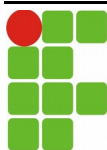
Os resultados deverão ser entregues em relatório final em folha formato A4, atendendo aos critérios da Norma ABNT NBR 6484/2001 e demais pertinentes, numerado, datado e assinado por responsável técnico pelo trabalho perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA. Também, deverão constar no relatório final a planta de locação dos furos executados (em folha de formato A4 ou A3) com referencial de nível (RN) da boca do furo e suas cotas de amarração em relação a pontos de referência utilizados, a serem definidos pela executora. No relatório final deverá constar o memorial fotográfico da execução e das amostras retiradas devidamente identificadas.

As Anotações de Responsabilidade Técnica devem ser entregues devidamente assinadas pelo responsável técnico e pagas pela Contratada.

Blumenau, 09 de dezembro de 2015.

ELLEN C. DE ANDRADE THOMAZO Arquiteta e
Urbanista
CPF: 312.510.588-92
CAU: A63213-9

09/09



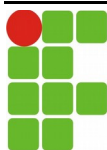


Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

APÊNDICE IV (A) DO TERMO DE REFERÊNCIA

**PRANCHA (LV01/01) COM A PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDADEM DO
CAMPUS FRAIBURGO**

POR RAZÕES TÉCNICAS A PRANCHA (LV01/01) COM A PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDADEM DO *CAMPUS* FRAIBURGO ENCONTRAM-SE A DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS JUNTO A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO IF CATARINENSE – CAMPUS LUZERNA, OU NO SITE [HTTP://WWW.LUZERNA.IFC.EDU.BR](http://www.luzerna.ifc.edu.br) – ADMINISTRATIVO – DAP - LICITAÇÕES – PREGÃO ELETRÔNICO – PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 0004/2016



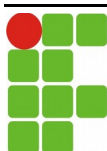


Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

APÊNDICE IV (B) DO TERMO DE REFERÊNCIA

**MEMORIAL DESCRITIVO DA PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDAGEM DO
*CAMPUS FRAIBURGO.***

**PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDAGEM
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
*CAMPUS FRAIBURGO – FRAIBURGO/SC***





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

MEMORIAL DE PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDAGEM

1.	INTRODUÇÃO	03
1.1	OBJETO	03
1.2	NORMAS DE EXECUÇÃO	03
1.3	DISPOSIÇÕES GERAIS	03
2.	MEMORIAL DESCRITIVO	04
2.1	EXTENSÃO ESTIMADA DO SERVIÇO	04
2.2	DESCRIÇÃO GERAL DO TERRENO.....	04
2.3	DESCRIÇÃO GERAL DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO E QUANTIFICAÇÃO ESTIMADA DOS FUROS DE SONDAGEM.....	06
2.4	SERVIÇOS COMPLEMENTARES ESTIMADOS	08
2.5	PROGRAMAÇÃO DA SONDAGEM	09
2.6	PROFUNDIDADE DOS FUROS DE SONDAGEM	09
2.7	ENSAIOS NECESSÁRIOS E PERTINENTES	09
2.8	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	09





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

1. INTRODUÇÃO

Este documento apresenta descrição e condicionantes técnicas e administrativas que nortearão os serviços de sondagem. Faz parte deste documento a prancha LV 01/01 com a proposta de locação dos furos de sondagem e implantação da área de intervenção, considerada a área onde será realizado o serviço de sondagem dentro do *campus*.

1.1. OBJETO

Trata-se da contratação de serviço de sondagem do solo a percussão com ensaio *Standard Penetration Test* (SPT), visando a determinação da estratigrafia e classificação do solo, a posição do nível d'água e a medida de índice de resistência à penetração NSPT, de acordo com a norma ABNT NBR 6484/2001 e demais pertinentes, para a construção do Prédio II, muro de divisa e guarita do Instituto Federal Catarinense do *campus* Fraiburgo, localizado na Rua Cruz e Souza, nº 100, no Bairro Centro em Fraiburgo / SC.

1.2. NORMAS DE EXECUÇÃO:

Para a realização dos serviços de sondagem a contratada deverá atender no que couber, às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, dentre elas as:

- NBR 6457/86 – Amostras de Solo – Preparação para ensaios de compactação e ensaios de caracterização;
- NBR 6458/84 (corrigida em 1988) – Grãos de pedregulho retido na peneira de 4,8 mm – Determinação da massa específica aparente e da absorção de água;
- NBR 6459/84 – Solo – Determinação do Limite de Liquidez;
- NBR 6484/01 – Solo – Sondagens de Simples Reconhecimentos com SPT – Método de Ensaio;
- NBR 6502/95 – Rochas e Solos;
- NBR 7180/88 – Solo – Determinação do Limite de Plasticidade;
- NBR 7181/84 (correção em 1988) – Solo – Análise Granulométrica;
- NBR 7182/86 (correção em 1988) – Solo – Ensaio de Compactação;
- NBR 8036/83 – Programação de Sondagem de Simples Reconhecimento dos Solos para Fundações de Edifícios – Procedimento;
- NBR 9820/97 – Coleta de Amostras Indeformadas de Solos de Baixa Consistência em Furos de Sondagem – Procedimento;
- NBR 12722/92 – Discriminação de Serviços para Construção de Edifícios – Procedimento;
- NBR 13441/95 – Rochas e Solos – Simbologia; além das demais normas e legislações aplicáveis.

1.3. DISPOSIÇÕES GERAIS

A contratada deverá cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene do Trabalho, fornecendo adequado equipamento de proteção individual e coletiva a todos que trabalham ou que, por qualquer motivo, permaneçam no local a ser executado o serviço.

Caberá à Contratada fornecer todo o ferramental, maquinário e aparelhamento adequados a mais perfeita execução dos serviços contratados, bem como equipamentos de transporte vertical, andaimes, plataformas e condutores de entulho em conformidade com o recomendado na NR-18.

Os serviços deverão ser executados rigorosamente de acordo com as normas e leis vigentes.

03/09





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

A Contratada deverá fazer visita prévia ao local onde será realizado o serviço de sondagem, deverá conferir a proposta de quantificação e locação dos furos constantes na prancha LV 01/01 e caso haja alguma divergência ou impedimento para a execução do serviço, deverá ser comunicado imediatamente à Fiscalização. Após a visita *in loco*, e considerando essa, a empresa deverá apresentar a Programação de Sondagem à Fiscalização para que sejam liberados serviços para o estudo do solo, também deverá ser considerada a possibilidade de existência de infraestrutura subterrânea, sendo assim, a sondagem deverá ser executada em etapas de forma a não ocorrer danos nas infraestruturas elétrica, hidráulica e demais existentes. Ainda, em casos onde há vegetação, a empresa deverá fazer avaliação para que se evite a abertura de picadas e clareiras, que apenas devem ser utilizadas quando não houver alternativa técnica.

Caso haja divergência entre medições *in loco*, Memorial Descritivo, e pranchas, prevalecerá sempre o primeiro.

Em caso de dúvida quanto à interpretação das normas ou das especificações, orçamentos ou procedimentos contidos no Memorial Descritivo, será consultada a Fiscalização.

Caberá à Contratada elaborar, de acordo com as necessidades do serviço, novas mensurações do local, as quais serão previamente examinadas pela Fiscalização. Durante o serviço poderá a Contratante apresentar cálculos e desenhos complementares, os quais serão, também, devidamente autenticados pela Contratada.

Caso haja a necessidade de retirada de materiais para a perfuração e/ou montagem de equipamentos, após a finalização do serviço, caberá a Contratada recuperar o local com o aproveitamento de peças (piso intertravado, forro, telhas, terças, etc.), caso seja possível; havendo algum dano às peças, essas deverão ser repostas pela Contratada às suas expensas. Para área onde haverá demolição de piso e contrapiso, a Contratada deverá recuperar a área. Os materiais implantados nessas áreas deverão ser de mesma qualidade ou superior aos existentes, devendo a amostra do material ser previamente aceita pela Fiscalização.

Fica a cargo da contrata providenciar água, energia elétrica e demais insumos necessários à realização dos serviços.

2. MEMORIAL DESCRITIVO

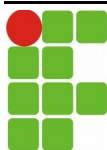
2.1. EXTENSÃO ESTIMADA DO SERVIÇO

Estima-se para o serviço de sondagem uma área de intervenção, com 1412,44 m² para onde se pretende projetar a edificação do novo Bloco Didático, ainda, soma-se o alinhamento do muro de divisa a ser construído e a área da guarita ainda não estimada.

...para a fase de projeto ou para o caso de estruturas especiais, eventualmente poderão ser necessárias investigações complementares para a determinação dos parâmetros de resistência ao cisalhamento e da compressibilidade dos solos, que terão influência sobre o comportamento de estrutura projetada. (Norma ABNT NBR 8036/83).

2.2. DESCRIÇÃO GERAL DO TERRENO

De acordo com a Escritura Pública de Doação, o terreno encontra-se no perímetro urbano, com área total de 5350,45 m² e benfeitorias, constituído pelo Lote 13-012 da Quadra 256, situado na Rua Cruz e Souza, Centro na cidade de Fraiburgo – SC, confrontando: Frente: (noroeste), em três linhas, 52,00 m, com a Rua Cruz e Souza, 3,75 m e 25,00 m com partes do lado direito da área remanescente do lote nº 13-000 da Fundação Educacional e Assistencial de Fraiburgo; Fundos (sudeste) em duas linhas, 47,42 m com parte do lado esquerdo do Lote 13-011 do Estado de Santa Catarina e 35,00 m com Lote nº 13-009 do Município de Fraiburgo (rua sem denominação); Lado Direito: (nordeste), em três linhas, 65,54 m, 16,00 m e 16,00 m com fundos com Lote nº 13-00 da





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

Fundação Educacional e Assistencial de Fraiburgo e Lado Esquerdo: (sudoeste) em duas linhas, 91,69 m com lado direito do Lote 13-006 da Mitra Diocesana de Caçador e 5,98 m com parte do Lote 13-011 do Estado de Santa Catarina e a benfeitoria consta de um prédio escolar com alvenaria medindo 2.800,00 m².

De acordo com visita *in loco* ao terreno, foi possível observar que a benfeitoria existente encontra-se em reformada e atualmente possui aproximadamente 3500,00 m²; ainda, foram encontradas outras edificações como um galpão de processamento de maçãs atualmente desativado com área construída aproximada de 920,00 m² e 01 pavimento; e edificações técnicas e de apoio como subestação, abrigo para armazenamento de tanques de GLP e fossa séptica.

Com relação à topográfica, não há documentação atualizada do terreno, porém, foi possível observar que o perfil natural do terreno foi modificado para a acomodação das edificações existentes, também, observou-se que há um desnível de aproximadamente 2,0 m entre a cota do nível da Rua Cruz e Souza (acesso principal) e o pátio externo descoberto locado ao fundo do terreno, onde a topografia é considerada plana.

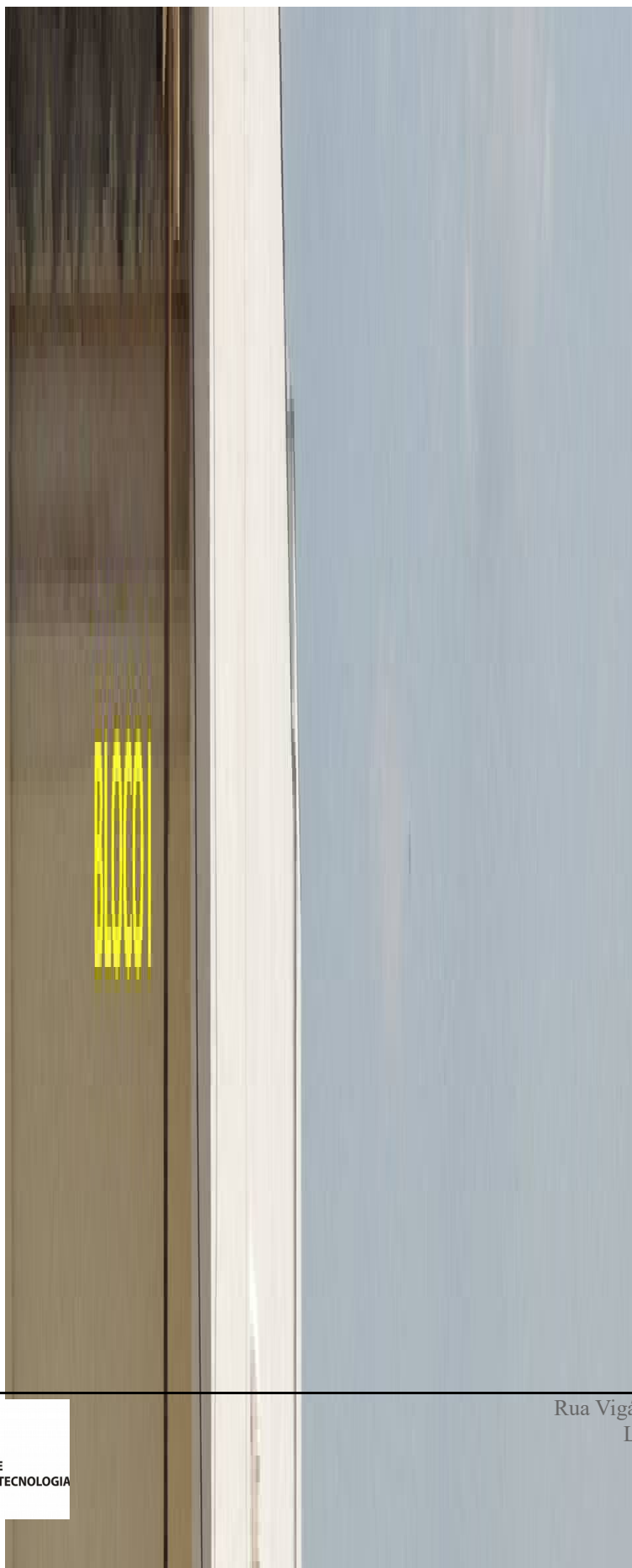
Quanto às divisas do terreno, verifica-se que nessa área não há muro de divisa entre o lote vizinho (Lote 13-000) dessa forma, não é possível identificar os limites de modo preciso, sendo assim, os furos para essa região ainda não foram locados.

α) Memorial fotográfico da área externa datado de outubro de 2015:





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CATARINENSE
Campus Luzerna

Rua Vigário Frei João 550, Centro
Luzerna – CEP 89609-000
(49) 3523-4300



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

Fig. 01: Bloco I e Edificação Vizinha.



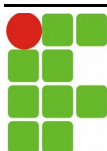
Fig. 02: Bloco I, Edificação Vizinha, Bloco II E Pátio Externo.



Fig. 03: Bloco I, Edificação Vizinha, Bloco II E Pátio Externo.



05/09





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

Fig. 04: Circulação externa do Bloco II.

2.3. DESCRIÇÃO GERAL DA ÁREA DE INTERVENÇÃO E QUANTIFICAÇÃO ESTIMADA DOS FUROS DE SONDAGEM

A área de intervenção, onde será realizado o serviço de sondagem, está localizada no Bloco II (antigo galpão de processamento de maçãs), aos fundos do lote. Sendo assim, a maioria dos furos de sondagem se encontrará dentro dessa edificação, que futuramente será demolida para receber em seu lugar o novo Bloco Didático.

O Bloco II possui dimensões de 50,32 m x 17,94 m e pé direito variando aproximadamente entre 3,25 m e 5,55 m, sua cota de piso dessa edificação está elevada a 1,77 m em relação ao nível do pátio externo. O prédio possui vedação e pilares em tijolo cerâmico e cobertura de telha ondulada em fibrocimento apoiada sobre tesouras metálicas, possui também esquadrias metálicas com janelas basculantes com peças de vidro.

A área interna do prédio é dividida em dois ambientes constando: no primeiro, um galpão onde estão localizados os maquinários provenientes do uso anterior e entulhos, essa área possui cobertura de fibrocimento aparente, piso em cimento alisado e portões de acesso metálicos de correr; no segundo ambiente, um alojamento provisório para os funcionários contratados para a r06/09 → Bloco I, onde a Área de Estar, o Refeitório e Dormitório II possuem forros de PVC, já o Dormitório I possui laje rebocada, o piso é cerâmico esmaltado, as portas de acesso são metálicas e as internas são em madeira. A edificação também possui uma varanda com piso em cimento alisado, cobertura em telha de fibrocimento com estrutura metálica e guarda-corpo também metálico, com acessos por escada e rampa.

O pátio externo descoberto existente entre os blocos I e II está parcialmente sem o contrapiso, lá está locada uma fossa séptica.

Quanto à infraestrutura, o local é provido de energia elétrica, água e esgoto, porém não há os projetos complementares referentes às infraestruturas do bloco II.

α) Memorial fotográfico da área interna, datado de outubro de 2015:



Fig. 05: Bloco II – atual alojamento provisório.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna



Fig. 06: Bloco II – antiga área destinada ao processamento de maçãs.



Fig. 07: Bloco II – antiga área destinada ao processamento de maçãs.

07/09

Para a estimativa de quantificação e locação dos furos de sondagem foi utilizada a Norma ABNT NBR 8036/1983, sendo a quantidade estimada de furos calculada de acordo com os subitens 4.1.1.2 e 4.1.1.3, e, para a proposta de locação desses furos foi adotado o critério previsto pela mesma Norma nas alíneas “a” e “b” do subitem 4.1.1.4. Pela tabela 01 é possível observar que o número de furos estimado é de 07 (sete) furos (SP01 à SP07) para essa Área de Intervenção, onde se pretende implantar o Prédio II, já para a região de divisa de lotes, onde ainda não há muro, estima-se 05 (cinco) furos e para a guarita, com área inferior a 200 m², estima-se 02 (dois) furos, dessa forma, totalizando 14 (quatorze) furos de sondagem. Para a proposta de locação desses furos foi considerado o não alinhamento dos mesmos.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

Tabela 1: Quantificação dos furos de sondagem.

Quantificação dos furos de sondagem Área de Intervenção = 1412,44m ²	
	Quantidade de furos
Área <= 1.200,00 m ² 01 furo a cada 200 m ²	6,0
1.200,00 m ² >= Área <= 2.400,00 m ² 01 furo a cada 400 m ² (para área excento de 1200,00 m ² : 2.320,00m ²)	1,0
Total de furos	7,0

2.4. SERVIÇOS COMPLEMENTARES ESTIMADOS:

- Demolição e execução de piso industrial e contrapiso apenas em áreas onde se fizer necessário para a execução dos furos de sondagem, incluindo materiais de mesma qualidade técnica ou superior, equipamentos e mão de obra a cargo da contratada;
- Demolição e execução de piso cerâmico esmaltado e contrapiso apenas em área 08/09
fizer necessário para a execução dos furos de sondagem, incluindo materiais de mesma qualidade técnica ou superior, equipamentos e mão de obra a cargo da contratada;
- Demolição e execução de contrapiso na área externa, apenas onde se fizer necessário para a execução dos furos de sondagem, incluindo materiais de mesma qualidade técnica ou superior, equipamentos e mão de obra a cargo da contratada;
- Retirada e recolocação de forro em PVC e perfis, apenas onde se fizer necessário para a montagem dos equipamentos para a execução do furo de sondagem, com o reaproveitamento de material. Em caso de danos às peças, ficará a cargo da Contratada a reposição do material, sendo esse, de mesma qualidade técnica ou superior. Ficarão também a cargo da Contratada equipamentos e mão de obra para a plena execução dos serviços;
- Retirada e recolocação de telha fibrocimento, incluindo as tramas metálicas, apenas onde se fizer necessário para a montagem dos equipamentos para a execução do furo de sondagem, com o reaproveitamento de material. Em caso de danos às peças, ficará a cargo da Contratada a reposição do material, sendo esse, de mesma qualidade técnica ou superior. Ficarão também a cargo da Contratada equipamentos e mão de obra para a plena execução dos serviços;
- A Limpeza da área será considerada a retira, remoção e devido descarte dos entulhos gerados através dos serviços realizados, com o fornecimento e custeio de equipamentos, materiais e mão de obra a cargo da contratada.

2.5. PROGRAMAÇÃO DA SONDAGEM

Mesmo com a quantificação estimada de furos apresentada pela Contratante, a contratada deverá apresentar à Fiscalização para a aprovação a Programação da Sondagem de acordo com a Norma ABNT NBR 8036/1983 e demais normas pertinentes, antes de iniciar os serviços de demolição, retirada de materiais, capina e roçagem.

2.6. PROFUNDIDADE DOS FUROS DE SONDAGEM

O alcance dos furos deverá ser até a camada impenetrável.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

2.7. ENSAIOS NECESSÁRIOS E PERTINENTES

2.8. TODOS OS FUROS DE SONDAGEM DEVERÃO ATENDER AOS CRITÉRIOS DO ENSAIO SPT (STANDARD PENETRATION TEST) DESCRITOS NA NORMA ABNT NBR 6484/2001 E DEMAIS NORMAS PERTINENTES. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados deverão ser entregues em relatório final em folha formato A4, atendendo a 13/14 da Norma ABNT NBR 6484/2001 e demais pertinentes, numerado, datado e assinado por responsável técnico pelo trabalho perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA. Também, deverão constar no relatório final a planta de locação dos furos executados (em folha de formato A4 ou A3) com referencial de nível (RN) da boca do furo e suas cotas de amarração em relação a pontos de referência utilizados, a serem definidos pela executora. No relatório final deverá constar o memorial fotográfico da execução e das amostras retiradas devidamente identificadas.

As Anotações de Responsabilidade Técnica devem ser entregues devidamente assinadas pelo responsável técnico e pagas pela Contratada.

Blumenau, 13 de novembro de 2015.

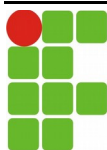
ELLEN C. DE ANDRADE THOMAZO Arquiteta e

Urbanista

CAU: A63213-9

CPF: 312.510.588-92

09/09



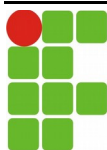


Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

APÊNDICE V (A) DO TERMO DE REFERÊNCIA

**PRANCHA (LV01/01) COM A PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDAÇÃO DO
CAMPUS IBIRAMA.**

POR RAZÕES TÉCNICAS A PRANCHA (LV01/01) COM A PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDAÇÃO DO CAMPUS IBIRAMA ENCONTRAM-SE A DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS JUNTO A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO IF CATARINENSE – CAMPUS LUZERNA, OU NO SITE [HTTP://WWW.LUZERNA.IFC.EDU.BR](http://www.luzerna.ifc.edu.br) – ADMINISTRATIVO – DAP - LICITAÇÕES – PREGÃO ELETRÔNICO – PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 0004/2016



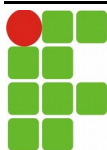


Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

APÊNDICE V (B) DO TERMO DE REFERÊNCIA

**MEMORIAL DESCRITIVO DA PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDAGEM DO
CAMPUS IBIRAMA.**

**PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDAGEM
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
CAMPUS IBIRAMA – IBIRAMA/SC**





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

MEMORIAL DE PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDAGEM

1.	INTRODUÇÃO	03
1.1	OBJETO	03
1.2	NORMAS DE EXECUÇÃO	03
1.3	DISPOSIÇÕES GERAIS	03
2.	MEMORIAL DESCRITIVO	04
2.1	EXTENSÃO ESTIMADA DO SERVIÇO	04
2.2	DESCRIÇÃO GERAL DO TERRENO.....	04
2.3	DESCRIÇÃO GERAL DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO E QUANTIFICAÇÃO ESTIMADA DOS FUROS DE SONDAGEM.....	05
2.4	SERVIÇOS COMPLEMENTARES ESTIMADOS	10
2.5	PROGRAMAÇÃO DA SONDAGEM	11
2.6	PROFUNDIDADE DOS FUROS DE SONDAGEM	11
2.7	ENSAIOS NECESSÁRIOS E PERTINENTES	11
2.8	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	11





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

3. INTRODUÇÃO

Este documento apresenta descrição e condicionantes técnicas e administrativas que nortearão os serviços de sondagem. Faz parte deste documento a prancha LV 01/01 com a proposta de locação dos furos de sondagem e implantação da área de intervenção, considerada a área onde será realizado o serviço de sondagem dentro do *campus*.

1.1. OBJETO

Trata-se da contratação de serviço de sondagem do solo a percussão com ensaio *Standard Penetration Test* (SPT), visando a determinação da estratigrafia e classificação do solo, a posição do nível d'água e a medida de índice de resistência à penetração NSPT, de acordo com a norma ABNT NBR 6484/2001 e demais pertinentes, para a ampliação da Ala 03 – Laboratório de Mecânica do Instituto Federal Catarinense do *campus* Ibirama em Santa Catarina, localizado na Rua Getúlio Vargas, nº 3006, no Bairro Bela Vista em Ibirama – SC.

1.2. NORMAS DE EXECUÇÃO:

Para a realização dos serviços de sondagem a contratada deverá atender no que couber, às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, dentre elas as:

- NBR 6457/86 – Amostras de Solo – Preparação para ensaios de compactação e ensaios de caracterização;
- NBR 6458/84 (corrigida em 1988) – Grãos de pedregulho retido na peneira de 4,8 mm – Determinação da massa específica aparente e da absorção de água;
- NBR 6459/84 – Solo – Determinação do Limite de Liquidez;
- NBR 6484/01 – Solo – Sondagens de Simples Reconhecimentos com SPT – Método de Ensaio;
- NBR 6502/95 – Rochas e Solos;
- NBR 7180/88 – Solo – Determinação do Limite de Plasticidade;
- NBR 7181/84 (correção em 1988) – Solo – Análise Granulométrica;
- NBR 7182/86 (correção em 1988) – Solo – Ensaio de Compactação;
- NBR 8036/83 – Programação de Sondagem de Simples Reconhecimento dos Solos para Fundações de Edifícios – Procedimento;
- NBR 9820/97 – Coleta de Amostras Indeformadas de Solos de Baixa Consistência em Furos de Sondagem – Procedimento;
- NBR 12722/92 – Discriminação de Serviços para Construção de Edifícios – Procedimento;
- NBR 13441/95 – Rochas e Solos – Simbologia; além das demais normas e legislações aplicáveis.

1.3. DISPOSIÇÕES GERAIS

A contratada deverá cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene do Trabalho, fornecendo adequado equipamento de proteção individual e coletiva a todos que trabalham ou que, por qualquer motivo, permaneçam no local a ser executado o serviço.

Caberá à Contratada fornecer todo o ferramental, maquinário e aparelhamento adequados a mais perfeita execução dos serviços contratados, bem como equipamentos de transporte vertical, andaimes, plataformas e condutores de entulho em conformidade com o recomendado na NR-18.

Os serviços deverão ser executados rigorosamente de acordo com as normas e leis vigentes.

03/11





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

A Contratada deverá fazer visita prévia ao local onde será realizado o serviço de sondagem, deverá conferir a proposta de quantificação e locação dos furos constantes na prancha LV 01/01 e caso haja alguma divergência ou impedimento para a execução do serviço, deverá ser comunicado imediatamente à Fiscalização. Após a visita *in loco*, e considerando essa, a empresa deverá apresentar a Programação de Sondagem à Fiscalização para que sejam liberados serviços para o estudo do solo, também deverá ser considerada a possibilidade de existência de infraestrutura subterrânea, sendo assim, a sondagem deverá ser executada em etapas de forma a não ocorrer danos nas infraestruturas elétrica, hidráulica e demais existentes. Ainda, em casos onde há vegetação, a empresa deverá fazer avaliação para que se evite a abertura de picadas e clareiras, que apenas devem ser utilizadas quando não houver alternativa técnica.

Caso haja divergência entre medições *in loco*, Memorial Descritivo, e pranchas, prevalecerá sempre o primeiro.

Em caso de dúvida quanto à interpretação, das normas ou das especificações, orçamentos ou procedimentos contidos no Memorial Descritivo, será consultada a Fiscalização.

Caberá à Contratada elaborar, de acordo com as necessidades do serviço, novas mensurações do local, as quais serão previamente examinadas pela Fiscalização. Durante o serviço poderá a Contratante apresentar cálculos e desenhos complementares, os quais serão, também, devidamente autenticados pela Contratada.

Caso haja a necessidade de retirada de materiais para a perfuração e/ou montagem de equipamentos, após a finalização do serviço, caberá a Contratada recuperar o local com o aproveitamento de peças (piso intertravado, forro, telhas, terças, etc.), caso seja possível; havendo algum dano às peças, essas deverão ser repostas pela Contratada às suas expensas. Para área onde haverá demolição de piso e contrapiso, a Contratada deverá recuperar a área. Os materiais implantados nessas áreas deverão ser de mesma qualidade ou superior aos existentes, devendo a amostra do material ser previamente aceita pela Fiscalização.

Fica a cargo da contrata providenciar água, energia elétrica e demais insumos necessários à realização dos serviços.

2. MEMORIAL DESCRITIVO

2.1. EXTENSÃO ESTIMADA DO SERVIÇO

Estima-se que o serviço de sondagem abrangerá a extensão de previsão da área de intervenção com 774,65 m², para onde se pretende projetar a nova edificação.

...para a fase de projeto ou para o caso de estruturas especiais, eventualmente poderão ser necessárias investigações complementares para a determinação dos parâmetros de resistência ao cisalhamento e da compressibilidade dos solos, que terão influência sobre o comportamento de estrutura projetada. (Norma ABNT NBR 8036/83).

2.2. DESCRIÇÃO GERAL DO TERRENO

De acordo com a Escritura Pública de Doação, a área é formada por dois terrenos urbanos, os quais constam: um terreno, registrado no livro 2-RG sob o número R-8-4.731, situado no final da Rua Dr. Getúlio Vargas, nº 3006 com área de 11.507,00 m²; outro terreno, registrado no livro 2-RG sob o número R-1-18.653, situado na Rua Santa Cruz, nº 165, com área de 7.000,00 m². Nesses dois terrenos está locado um complexo de blocos interligados em que constam: a Ala 01 – Administrativo; Ala 02 – Pedagógico; Ala 03 – Mecânica, o Auditório, o Ginásio e acesso coberto; e mais duas edificações.

Com relação à topografia, há o Levantamento Topográfico Planialtimétrico Cadastral do terreno datado de abril de 2013, executado pelos professores Prof. Daniel Perozzo dos Santos e Prof. Rodrigo Martins Monzani. A prancha do levantamento está anexada a esta documentação. 04/11





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

2.3. DESCRIÇÃO GERAL DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO E QUANTIFICAÇÃO ESTIMADA DOS FUROS DE SONDAGEM

Está sendo considerada como área de intervenção, onde será realizado o serviço de sondagem, a Ala 03 – Laboratório de Mecânica, o acesso coberto e o entorno externo imediato à Ala 03.

A Ala 03 atualmente possui dois pavimentos (térreo e subsolo) e está sendo utilizada como área multiúso. Anteriormente no térreo havia o laboratório de mecânica, salas de aula e cozinha; já no subsolo estão locados os vestiários ainda não acabados.

A edificação possui estrutura em concreto armado in loco, vedação em alvenaria de tijolo, cobertura em telha de fibrocimento apoiada sobre estrutura em madeira, com exceção da área utilizada para o laboratório de mecânica, todas as áreas possuem forro em madeira, e o laboratório de mecânica não possui forro nem laje, e sim, cobertura aparente. Com relação ao pé-direito das áreas para onde estão sendo sugeridos os furos, tem-se no Laboratório de Mecânica altura estimada de 5,00 m e no acesso coberto tem-se altura estimada de 4,00 m.

A circulação coberta (corredor) possui cobertura em telha de fibrocimento sobre estrutura em madeira.

Com relação à infraestrutura, o local é provido de energia elétrica, água e esgoto.

α) Memorial fotográfico, imagens datadas dos anos de 2010 e 2011:



Fig. 01: Área externa – Fachada Noroeste.



Fig. 02: Área externa – Fachada Sudoeste.

05/11





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna



Fig. 03: Corredor externo coberto.

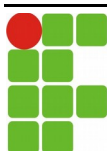


Fig. 04: Ala 03 (térreo) – Cozinha.



Fig. 05: Ala 03 (térreo) – Sala de aula 01.

06/11





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

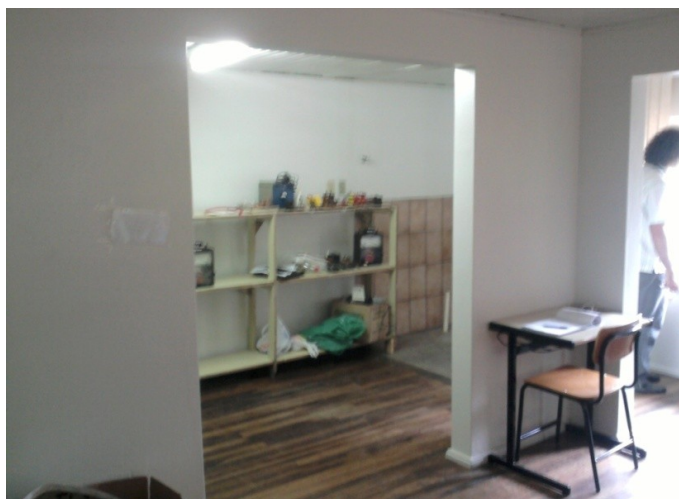


Fig. 06: Ala 03 (térreo) – Salas 01 e 02.

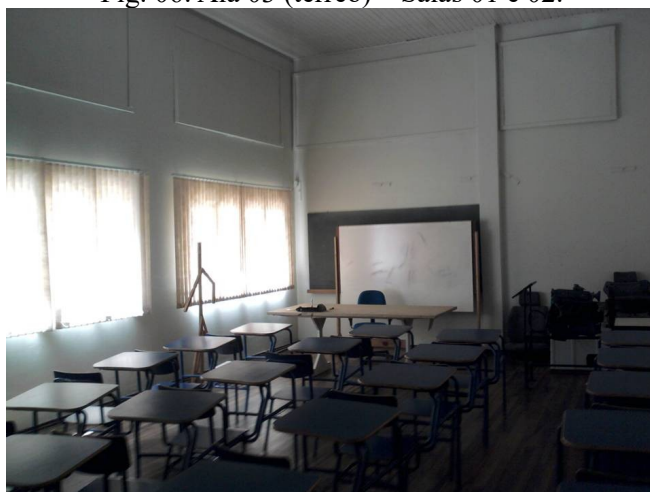


Fig. 07: Ala 03 (térreo) – Sala de aula 02.

07/11



Fig. 08: Ala 03 (térreo) – Laboratório de Mecânica.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna



Fig. 09: Ala 03 (térreo) – Laboratório de Mecânica.



Fig. 10: Ala 03 (subsolo) – circulação.

08/11





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna



Fig. 11: Ala 03 (subsolo) – Sanitários.



Fig. 12: Ala 03 (subsolo) – Sanitários sem acabamento.

09/11

Para a estimativa de quantificação e locação dos furos de sondagem foi utilizada a Norma ABNT NBR 8036/1983, sendo a quantidade estimada de furos calculada de acordo com os subitens 4.1.1.2 e 4.1.1.3, e, para a proposta de locação desses furos foi adotado o critério previsto pela mesma Norma nas alíneas “a” e “b” do subitem 4.1.1.4. Pela tabela 01 é possível observar que o número de furos estimado é de 05 (cinco) furos (SP01 à SP05). Para a proposta de locação desses furos foi considerado o não alinhamento dos mesmos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

Tabela 1: Quantificação dos furos de sondagem.

Quantificação dos furos de sondagem Área de Intervenção = 774,65m ²	
	Quantidade de furos
Área <= 1.200,00 m ² 01 furo a cada 200 m ²	4,0
Acrescentado 01 furo de sondagem.	1,0
Total de furos	5,0

2.4. SERVIÇOS COMPLEMENTARES ESTIMADOS:

- Demolição e execução de piso granilite, piso estrutural e contrapiso, apenas em áreas onde se fizer necessário para a execução dos furos de sondagem, incluindo materiais de mesma qualidade técnica ou superior, equipamentos e mão de obra a cargo da contratada;
- Retirada e recolocação de piso de concreto intertravado apenas em áreas onde se fizer necessário para a execução dos furos de sondagem, com o reaproveitamento de material. Em caso de danos às peças, ficará a cargo da Contratada a reposição do material, sendo esse, de mesma qualidade técnica ou superior. Ficarão também a cargo da Contratada equipamentos e mão de obra para a plena execução dos serviços;
- Retirada e recolocação de telha fibrocimento, incluindo terças de madeira, apenas onde se fizer necessário para a montagem dos equipamentos para a execução do furo de sondagem, com o reaproveitamento de material. Em caso de danos às peças, ficará a cargo da Contratada a reposição do material, sendo esse, de mesma qualidade técnica ou superior. Ficarão também a cargo da Contratada equipamentos e mão de obra para a plena execução dos serviços;
- A Limpeza da área será considerada a retirada, remoção e devido descarte dos entulhos gerados através dos serviços realizados, com o fornecimento e custeio de equipamentos, materiais e mão de obra a cargo da contratada;

2.5. PROGRAMAÇÃO DA SONDAGEM

Mesmo com a quantificação estimada de furos apresentada pela Contratante, a contratada deverá apresentar à Fiscalização para a aprovação a Programação da Sondagem de acordo com a Norma ABNT NBR 8036/1983 e demais normas pertinentes, antes de iniciar os serviços de demolição, retirada de materiais, capina e roçagem.

2.6. PROFUNDIDADE DOS FUROS DE SONDAGEM

O alcance dos furos deverá ser até a camada impenetrável.

2.7. ENSAIOS NECESSÁRIOS E PERTINENTES

Todos os furos de sondagem deverão atender aos critérios do ensaio SPT (*Standard Penetration Test*) descritos na Norma ABNT NBR 6484/2001 e demais normas pertinentes.

2.8. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

Os resultados deverão ser entregues em relatório final em folha formato A4, atendendo aos critérios da Norma ABNT NBR 6484/2001 e demais pertinentes, numerado, datado e assinado por responsável técnico pelo trabalho perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA. Também, deverão constar no relatório final a planta de locação dos furos executados (em folha de formato A4 ou A3) com referencial de nível (RN) da boca do furo e suas cotas de amarração em relação a pontos de referência utilizados, a serem definidos pela executora. No relatório final deverá constar o memorial fotográfico da execução e das amostras retiradas devidamente identificadas.

As Anotações de Responsabilidade Técnica devem ser entregues devidamente assinadas pelo responsável técnico e pagas pela Contratada.

Blumenau, 01 de dezembro de 2015.

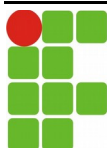
ELLEN C. DE ANDRADE THOMAZO

Arquiteta e Urbanista

CAU: A63213-9

CPF: 312.510.588-92

11/11



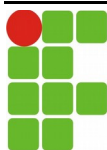


Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

APÊNDICE VI (A) DO TERMO DE REFERÊNCIA

**PRANCHA (LV01/01) COM A PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDAÇÃO DO
CAMPUS VIDEIRA**

POR RAZÕES TÉCNICAS A PRANCHA (LV01/01) COM A PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDAÇÃO DO CAMPUS VIDEIRA ENCONTRAM-SE A DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS JUNTO A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO IF CATARINENSE – CAMPUS LUZERNA, OU NO SITE [HTTP://WWW.LUZERNA.IFC.EDU.BR](http://www.luzerna.ifc.edu.br) – ADMINISTRATIVO – DAP - LICITAÇÕES – PREGÃO ELETRÔNICO – PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 0004/2016



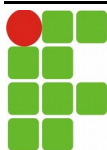


Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

APÊNDICE VI (B) DO TERMO DE REFERÊNCIA

**MEMORIAL DESCRITIVO DA PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDAÇÃO DO
*CAMPUS VIDEIRA.***

**PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
*CAMPUS VIDEIRA – VIDEIRA/SC***



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CATARINENSE
Campus Luzerna

Rua Vigário Frei João 550, Centro
Luzerna – CEP 89609-000
(49) 3523-4300



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

MEMORIAL DE PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDAGEM

1.	INTRODUÇÃO	03
1.1	OBJETO	03
1.2	NORMAS DE EXECUÇÃO	03
1.3	DISPOSIÇÕES GERAIS	03
2.	MEMORIAL DESCRITIVO	04
2.1	EXTENSÃO ESTIMADA DO SERVIÇO	04
2.2	DESCRIÇÃO GERAL DO TERRENO.....	04
2.3	DESCRIÇÃO GERAL DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO E QUANTIFICAÇÃO ESTIMADA DOS FUROS DE SONDAGEM.....	04
2.4	SERVIÇOS COMPLEMENTARES ESTIMADOS	06
2.5	PROGRAMAÇÃO DA SONDAGEM	07
2.6	PROFUNDIDADE DOS FUROS DE SONDAGEM	07
2.7	ENSAIOS NECESSÁRIOS E PERTINENTES	07
2.8	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	07





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

1. INTRODUÇÃO

Este documento apresenta descrição e condicionantes técnicas e administrativas que nortearão os serviços de sondagem. Faz parte deste documento a prancha LV 01/01 com a proposta de locação dos furos de sondagem e implantação da área de intervenção, considerada a área onde será realizado o serviço de sondagem dentro do *campus*.

1. OBJETO

Trata-se da contratação de serviço de sondagem do solo a percussão com ensaio *Standard Penetration Test* (SPT), visando a determinação da estratigrafia e classificação do solo, a posição do nível d'água e a medida de índice de resistência à penetração NSPT, de acordo com a norma ABNT NBR 6484/2001 e demais pertinentes, para a implantação da antena de rádio do Instituto Federal Catarinense do *campus* Videira em Santa Catarina, localizado na Rodovia SC 135, km 125, no Bairro Campo Experimental em Videira – SC.

2. NORMAS DE EXECUÇÃO:

Para a realização dos serviços de sondagem a contratada deverá atender no que couber, às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, dentre elas as:

- NBR 6457/86 – Amostras de Solo – Preparação para ensaios de compactação e ensaios de caracterização;
- NBR 6458/84 (corrigida em 1988) – Grãos de pedregulho retido na peneira de 4,8 mm – Determinação da massa específica aparente e da absorção de água;
- NBR 6459/84 – Solo – Determinação do Limite de Liquidez;
- NBR 6484/01 – Solo – Sondagens de Simples Reconhecimentos com SPT – Método de Ensaio;
- NBR 6502/95 – Rochas e Solos;
- NBR 7180/88 – Solo – Determinação do Limite de Plasticidade;
- NBR 7181/84 (correção em 1988) – Solo – Análise Granulométrica;
- NBR 7182/86 (correção em 1988) – Solo – Ensaio de Compactação;
- NBR 8036/83 – Programação de Sondagem de Simples Reconhecimento dos Solos para Fundações de Edifícios – Procedimento;
- NBR 9820/97 – Coleta de Amostras Indeformadas de Solos de Baixa Consistência em Furos de Sondagem – Procedimento;
- NBR 12722/92 – Discriminação de Serviços para Construção de Edifícios – Procedimento;
- NBR 13441/95 – Rochas e Solos – Simbologia; além das demais normas e legislações aplicáveis.

3. DISPOSIÇÕES GERAIS

A contratada deverá cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene do Trabalho, fornecendo adequado equipamento de proteção individual e coletiva a todos que trabalham ou que, por qualquer motivo, permaneçam no local a ser executado o serviço.

Caberá à Contratada fornecer todo o ferramental, maquinário e aparelhamento adequados a mais perfeita execução dos serviços contratados, bem como equipamentos de transporte vertical, andaimes, plataformas e condutores de entulho em conformidade com o recomendado na NR-18.

Os serviços deverão ser executados rigorosamente de acordo com as normas e leis vigentes.

03/07





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

A Contratada deverá fazer visita prévia ao local onde será realizado o serviço de sondagem, deverá conferir a proposta de quantificação e locação dos furos constantes na prancha LV 01/01 e caso haja alguma divergência ou impedimento para a execução do serviço, deverá ser comunicado imediatamente à Fiscalização. Após a visita *in loco*, e considerando essa, a empresa deverá apresentar a Programação de Sondagem à Fiscalização para que sejam liberados serviços para o estudo do solo, também deverá ser considerada a possibilidade de existência de infraestrutura subterrânea, sendo assim, a sondagem deverá ser executada em etapas de forma a não ocorrer danos nas infraestruturas elétrica, hidráulica e demais existentes. Ainda, em casos onde há vegetação, a empresa deverá fazer avaliação para que se evite a abertura de picadas e clareiras, que apenas devem ser utilizadas quando não houver alternativa técnica.

Caso haja divergência entre medições *in loco*, Memorial Descritivo, e pranchas, prevalecerá sempre o primeiro.

Em caso de dúvida quanto à interpretação, das normas ou das especificações, orçamentos ou procedimentos contidos no Memorial Descritivo, será consultada a Fiscalização.

Caberá à Contratada elaborar, de acordo com as necessidades do serviço, novas mensurações do local, as quais serão previamente examinadas pela Fiscalização. Durante o serviço poderá a Contratante apresentar cálculos e desenhos complementares, os quais serão, também, devidamente autenticados pela Contratada.

Caso haja a necessidade de retirada de materiais para a perfuração e/ou montagem de equipamentos, após a finalização do serviço, caberá a Contratada recuperar o local com o aproveitamento de peças (piso intertravado, forro, telhas, terças, etc.), caso seja possível; havendo algum dano às peças, essas deverão ser repostas pela Contratada às suas expensas. Para área onde haverá demolição de piso e contrapiso, a Contratada deverá recuperar a área. Os materiais implantados nessas áreas deverão ser de mesma qualidade ou superior aos existentes, devendo a amostra do material ser previamente aceita pela Fiscalização.

Fica a cargo da contrata providenciar água, energia elétrica e demais insumos necessários à realização dos serviços.

2.2 MEMORIAL DESCRITIVO

1. EXTENSÃO ESTIMADA DO SERVIÇO

Estima-se que o serviço de sondagem abrangerá a extensão de previsão da área de intervenção com 462,00 m², para onde se pretende implantar a antena de rádio do *campus*.

...para a fase de projeto ou para o caso de estruturas especiais, eventualmente poderão ser necessárias investigações complementares para a determinação dos parâmetros de resistência ao cisalhamento e da compressibilidade dos solos, que terão influência sobre o comportamento de estrutura projetada. (Norma ABNT NBR 8036/83).

2. DESCRIÇÃO GERAL DO TERRENO

Trata-se de parcela de área com 235.989,51 m² de terreno urbano, cedida ao IFC por meio de comodato averbado na Matrícula de nº 2287, situado na Rodovia SC 135, km 125, no Bairro Campo Experimental em Videira/ SC. As edificações do terreno encontram-se concentrados em sua porção noroeste, havendo mata no entorno da Área de Intervenção.

Com relação à topografia, existe apenas o Levantamento Topográfico Planialtimétrico Cadastral da porção onde se concentram as edificações, a área de intervenção encontra-se em porção alta do terreno, não edificada próxima ao cercamento.

3.

04/07





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

Descrição geral DA área de intervenção E QUANTIFICAÇÃO estimada DOS FUROS DE SONDAGEM área de intervenção possui 462,00 m² e encontra-se em uma clareira próxima ao cercamento da divisa.

Para a estimativa de quantificação e locação dos furos de sondagem foi utilizada a Norma ABNT NBR 8036/1983, sendo a quantidade estimada de furos calculada de acordo com os subitens 4.1.1.2 e 4.1.1.3, e, para a proposta de locação desses furos foi adotado o critério previsto pela mesma Norma nas alíneas “a” e “b” do subitem 4.1.1.4. Sendo assim, para área de 462,00 m² estimou-se 03 (três) furos de sondagem (SP01 a SP03). Para a locação dos furos, foram adotadas as coordenadas do furo SP01 como parâmetro para a locação dos demais.

β) Memorial fotográfico:



Fig. 01: Área de Intervenção.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna



Fig. 02: Fig. 01: Área de Intervenção.



Fig. 03: Fig. 01: Área de Intervenção.

4. SERVIÇOS COMPLEMENTARES ESTIMADOS:

- Capina e roçagem com retirada de arbustos, a serem realizadas manualmente com foice, roçadeira, motosserra ou outras ferramentas adequadas, sendo o fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra, incluindo seus custos, a cargo da contratada. Os serviços deverão ser realizados apenas nas áreas onde se fizer necessário para a execução dos furos de sondagem;

06/07





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

- Abertura de picada com largura máxima de 1,0 m, a ser executada manualmente com foice, machado, facões e outras ferramentas adequadas, sendo o fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra a cargo da Contratada. O serviço deverá ser realizado estritamente quando necessário para acessar o local onde serão executados os furos de sondagem.

5. PROGRAMAÇÃO DA SONDAGEM

Mesmo com a quantificação estimada de furos apresentada pela Contratante, a contratada deverá apresentar à Fiscalização para a aprovação a Programação da Sondagem de acordo com a Norma ABNT NBR 8036/1983 e demais normas pertinentes, antes de iniciar os serviços de demolição, retirada de materiais, capina e roçagem.

6. PROFUNDIDADE DOS FUROS DE SONDAGEM

O alcance dos furos deverá ser até a camada impenetrável.

7. ENSAIOS NECESSÁRIOS E PERTINENTES

Todos os furos de sondagem deverão atender aos critérios do ensaio SPT (*Standard Penetration Test*) descritos na Norma ABNT NBR 6484/2001 e demais normas pertinentes.

8. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados deverão ser entregues em relatório final em folha formato A4, atendendo aos critérios da Norma ABNT NBR 6484/2001 e demais pertinentes, numerado, datado e assinado por responsável técnico pelo trabalho perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA. Também, deverão constar no relatório final a planta de locação dos furos executados (em folha de formato A4 ou A3) com referencial de nível (RN) da boca do furo e suas cotas de amarração em relação a pontos de referência utilizados, a serem definidos pela executora. No relatório final deverá constar o memorial fotográfico da execução e das amostras retiradas devidamente identificadas.

As Anotações de Responsabilidade Técnica devem ser entregues devidamente assinadas pelo responsável técnico e pagas pela Contratada.

Blumenau, 16 de março de 2016.

ELLEN C. DE ANDRADE THOMAZO

Arquiteta e Urbanista

CAU: A63213-9

CPF: 312.510.588-92

07/07



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CATARINENSE
Campus Luzerna

Rua Vigário Frei João 550, Centro
Luzerna – CEP 89609-000
(49) 3523-4300



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

APÊNDICE VII (A) DO TERMO DE REFERÊNCIA

PRANCHA (LV01/01) COM A PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDAGEM DA REITORIA.

POR RAZÕES TÉCNICAS A PRANCHA (LV01/01) COM A PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDAGEM DA REITORIA ENCONTRAM-SE A DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS JUNTO A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO IF CATARINENSE – CAMPUS LUZERNA, OU NO SITE [HTTP://WWW.LUZERNA.IFC.EDU.BR](http://www.luzerna.ifc.edu.br) – ADMINISTRATIVO – DAP - LICITAÇÕES – PREGÃO ELETRÔNICO – PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 0004/2016





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

APÊNDICE VII (B) DO TERMO DE REFERÊNCIA

**MEMORIAL DESCRITIVO DA PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDAGEM DA
REITORIA.**

**PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDAGEM
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
REITORIA – BLUMENAU/SC**





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

MEMORIAL DE PROPOSTA DE LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDAAGEM

1.	INTRODUÇÃO	03
1.1	OBJETO	03
1.2	NORMAS DE EXECUÇÃO	03
1.3	DISPOSIÇÕES GERAIS	03
2.	MEMORIAL DESCRITIVO	04
2.1	DESCRIÇÃO GERAL DO TERRENO.....	04
2.2	DESCRIÇÃO GERAL DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO E QUANTIFICAÇÃO ESTIMADA DOS FUROS DE SONDAAGEM.....	04
2.3	SERVIÇOS COMPLEMENTARES ESTIMADOS	06
2.4	PROGRAMAÇÃO DA SONDAAGEM	06
2.5	PROFUNDIDADE DOS FUROS DE SONDAAGEM	06
2.6	ENSAIOS NECESSÁRIOS E PERTINENTES	06
2.7	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	06





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

1. INTRODUÇÃO

Este documento apresenta descrição e condicionantes técnicas e administrativas que nortearão os serviços de sondagem. Faz parte deste documento a prancha LV 01/01 com a proposta de locação dos furos de sondagem e implantação da área de intervenção, considerada a área onde será realizado o serviço de sondagem dentro do terreno da Reitoria.

1.1. OBJETO

Trata-se da contratação de serviço de sondagem do solo a percussão com ensaio *Standard Penetration Test* (SPT), visando a determinação da estratigrafia e classificação do solo, a posição do nível d'água e a medida de índice de resistência à penetração NSPT, de acordo com a norma ABNT NBR 6484/2001 e demais pertinentes, para a ampliação do prédio da Reitoria do Instituto Federal Catarinense, localizado na Rua das Missões, nº 100, no Bairro Ponta Aguda em Blumenau – SC.

1.2. NORMAS DE EXECUÇÃO:

Para a realização dos serviços de sondagem a contratada deverá atender no que couber, às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, dentre elas as:

- NBR 6457/86 – Amostras de Solo – Preparação para ensaios de compactação e ensaios de caracterização;
- NBR 6458/84 (corrigida em 1988) – Grãos de pedregulho retido na peneira de 4,8 mm – Determinação da massa específica aparente e da absorção de água;
- NBR 6459/84 – Solo – Determinação do Limite de Liquidez;
- NBR 6484/01 – Solo – Sondagens de Simples Reconhecimentos com SPT – Método de Ensaio;
- NBR 6502/95 – Rochas e Solos;
- NBR 7180/88 – Solo – Determinação do Limite de Plasticidade;
- NBR 7181/84 (correção em 1988) – Solo – Análise Granulométrica;
- NBR 7182/86 (correção em 1988) – Solo – Ensaio de Compactação;
- NBR 8036/83 – Programação de Sondagem de Simples Reconhecimento dos Solos para Fundações de Edifícios – Procedimento;
- NBR 9820/97 – Coleta de Amostras Indeformadas de Solos de Baixa Consistência em Furos de Sondagem – Procedimento;
- NBR 12722/92 – Discriminação de Serviços para Construção de Edifícios – Procedimento;
- NBR 13441/95 – Rochas e Solos – Simbologia; além das demais normas e legislações aplicáveis.

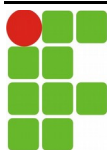
1.3. DISPOSIÇÕES GERAIS

A contratada deverá cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene do Trabalho, fornecendo adequado equipamento de proteção individual e coletiva a todos que trabalham ou que, por qualquer motivo, permaneçam no local a ser executado o serviço.

Caberá à Contratada fornecer todo o ferramental, maquinário e aparelhamento adequados a mais perfeita execução dos serviços contratados, bem como equipamentos de transporte vertical, andaimes, plataformas e condutores de entulho em conformidade com o recomendado na NR-18.

Os serviços deverão ser executados rigorosamente de acordo com as normas e leis vigentes.

A Contratada deverá fazer visita prévia ao local onde será realizado o serviço de sondagem, deverá conferir a proposta de quantificação e locação dos furos constantes na prancha LV 01/01 e





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

caso haja alguma divergência ou impedimento para a execução do serviço, deverá ser comunicado imediatamente à Fiscalização. Após a visita *in loco*, e considerando essa, a empresa deverá apresentar a Programação de Sondagem à Fiscalização para que sejam liberados serviços para o estudo do sol03/07 deverá ser considerada a possibilidade de existência de infraestrutura subterrânea, sendo assim, a sondagem deverá ser executada em etapas de forma a não ocorrer danos nas infraestruturas elétrica, hidráulica e demais existentes. Ainda, em casos onde há vegetação, a empresa deverá fazer avaliação para que se evite a abertura de picadas e clareiras, que apenas devem ser utilizadas quando não houver alternativa técnica.

Caso haja divergência entre medições *in loco*, Memorial Descritivo, e pranchas, prevalecerá sempre o primeiro.

Em caso de dúvida quanto à interpretação, das normas ou das especificações, orçamentos ou procedimentos contidos no Memorial Descritivo, será consultada a Fiscalização.

Caberá à Contratada elaborar, de acordo com as necessidades do serviço, novas mensurações do local, as quais serão previamente examinadas pela Fiscalização. Durante o serviço poderá a Contratante apresentar cálculos e desenhos complementares, os quais serão, também, devidamente autenticados pela Contratada.

Caso haja a necessidade de retirada de materiais para a perfuração e/ou montagem de equipamentos, após a finalização do serviço, caberá a Contratada recuperar o local com o aproveitamento de peças (piso intertravado, forro, telhas, terças, etc.), caso seja possível; havendo algum dano às peças, essas deverão ser repostas pela Contratada às suas expensas. Para área onde haverá demolição de piso e contrapiso, a Contratada deverá recuperar a área. Os materiais implantados nessas áreas deverão ser de mesma qualidade ou superior aos existentes, devendo a amostra do material ser previamente aceita pela Fiscalização.

Fica a cargo da contrata providenciar água, energia elétrica e demais insumos necessários à realização dos serviços.

2. MEMORIAL DESCRITIVO

2.1. DESCRIÇÃO GERAL DO TERRENO

Trata-se de terreno urbano, plano, com 1.246,94 m², com Matrícula de nº 37.153, fazendo frente em 33,32 m com o lado par da Rua das Missões; fundos em linha curva de 39,50 m com o lado ímpar da Rua Rudolfo Augusto Kucher; estremando pelo lado direito 26,90 m com terras de Samir Nicolau e pelo lado esquerdo em 45,54 m, edificado com prédio em alvenaria com 1.808,68 m², contendo quatro pavimentos, um mezanino e um subsolo.

2.2. DESCRIÇÃO GERAL DA ÁREA DE INTERVENÇÃO E QUANTIFICAÇÃO ESTIMADA DOS FUIROS DE SONDAGEM

Estimam-se para o serviço de sondagem, 03 (três) furos locados no entorno do prédio existente com a finalidade de conhecimento do subsolo para a ampliação do prédio da Reitoria, ainda sem projeto para tal ampliação. A locação desses furos pode ser observada na prancha LV01/01 anexada ao documento.

...para a fase de projeto ou para o caso de estruturas especiais, eventualmente poderão ser necessárias investigações complementares para a determinação dos parâmetros de resistência ao cisalhamento e da compressibilidade dos solos, que terão influência sobre o comportamento de estrutura projetada. (Norma ABNT NBR 8036/83).

Como pode ser observado pelo memorial fotográfico, há diferença de nível entre a rua das Missões e a rua Rodolfo Augusto Kucher, porém, o terreno é considerado plano, tendo em vista o corte executado para a implantação do prédio. Quanto a pavimentação, o terreno possui piso intertravado de concreto

Quanto às
04/07





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

infraestruturas, o local é provido de energia elétrica, água, esgoto, entre outras. Para a realização dos serviços, deve ser observada a existência de caixas de passagem e tubulação de água, esgoto e elétrica, dessa forma, a Contratada deverá realizar o serviço com cautela a fim de evitar danos às infraestruturas existentes.

α) Memorial fotográfico:



Fig. 01: Vista da fachada frontal.



Fig. 02: Vista lateral do terreno.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna



Fig. 03: Vista posterior do terreno.

2.3. SERVIÇOS COMPLEMENTARES ESTIMADOS:

- Retirada e recolocação de piso de concreto intertravado apenas em áreas onde se fizer necessário para a execução dos furos de sondagem, com o reaproveitamento de material. Em caso de danos às peças, ficará a cargo da Contratada a reposição do material, sendo esse, de mesma qualidade técnica ou superior. Ficarão também a cargo da Contratada equipamentos e mão de obra para a plena execução dos serviços.

2.4. PROGRAMAÇÃO DA SONDAGEM

Mesmo com a quantificação estimada de furos apresentada pela Contratante, a contratada deverá apresentar à Fiscalização para a aprovação a Programação da Sondagem de acordo com a Norma ABNT NBR 8036/1983 e demais normas pertinentes, antes de iniciar os serviços de demolição, retirada de materiais, capina e roçagem.

2.5. PROFUNDIDADE DOS FUROS DE SONDAGEM

O alcance dos furos deverá ser até a camada impenetrável.

2.6. ENSAIOS NECESSÁRIOS E PERTINENTES

Todos os furos de sondagem deverão atender aos critérios do ensaio SPT (*Standard Penetration Test*) na Norma ABNT NBR 6484/2001 e demais normas pertinentes.

2.7. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados deverão ser entregues em relatório final em folha formato A4, atendendo aos critérios da Norma ABNT NBR 6484/2001 e demais pertinentes, numerado, datado e assinado por responsável técnico pelo trabalho perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA. Também, deverão constar no relatório final a planta de locação dos furos executados (em folha de formato A4 ou A3) com referencial de nível (RN) da boca do furo e suas cotas de amarração em relação a pontos de referência utilizados, a serem definidos pela executora. No relatório final deverá constar o memorial fotográfico da execução e das amostras retiradas devidamente identificadas.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

As Anotações de Responsabilidade Técnica devem ser entregues devidamente assinadas pelo responsável técnico e pagas pela Contratada.

Blumenau, 01 de abril de 2016.

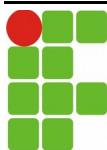
ELLEN C. DE ANDRADE THOMAZO

Arquiteta e Urbanista

CAU: A63213-9

CPF: 312.510.588-92

07/07



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CATARINENSE
Campus Luzerna

Rua Vigário Frei João 550, Centro
Luzerna – CEP 89609-000
(49) 3523-4300



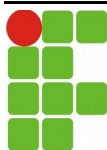
Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO DE SÃO FRANCISCO DO SUL DATADO DE MAIO DE 2011,

Executado pela empresa Eplacon – Empresa de Construção e Planejamento, sendo o responsável técnico Técnico em Geomensura José Tales Effting (CREA/SC: 081.201-5).

POR RAZÕES TÉCNICAS O LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, DATADO DE MAIO DE 2011 ENCONTRAM-SE A DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS JUNTO A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO IF CATARINENSE – CAMPUS LUZERNA, OU NO SITE [HTTP://WWW.LUZERNA.IFC.EDU.BR](http://www.luzerna.ifc.edu.br) – ADMINISTRATIVO – DAP - LICITAÇÕES – PREGÃO ELETRÔNICO – PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 0004/2016





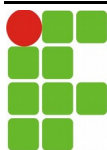
Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO DE IBIRAMA, DATADO DE ABRIL DE 2013,

Executado pelos Professores Daniel Perozzo dos Santos e Rodrigo Martins Monzani.

POR RAZÕES TÉCNICAS O **LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO DE IBIRAMA, DATADO DE ABRIL DE 2013** ENCONTRAM-SE A DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS JUNTO A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO IF CATARINENSE – CAMPUS LUZERNA, OU NO SITE [HTTP://WWW.LUZERNA.IFC.EDU.BR](http://www.luzerna.ifc.edu.br) – ADMINISTRATIVO – DAP - LICITAÇÕES – PREGÃO ELETRÔNICO – PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 0004/2016



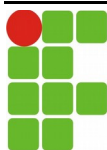


Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA

ESCRITURA PÚBLICA DO *CAMPUS* DE CAMBORIÚ

POR RAZÕES TÉCNICAS A ESCRITURA PÚBLICA DO ***CAMPUS* DE CAMBORIÚ** ENCONTRAM-SE A DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS JUNTO A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO IF CATARINENSE – CAMPUS LUZERNA, OU NO SITE [HTTP://WWW.LUZERNA.IFC.EDU.BR](http://www.luzerna.ifc.edu.br) – ADMINISTRATIVO – DAP - LICITAÇÕES – PREGÃO ELETRÔNICO – PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 0004/2016



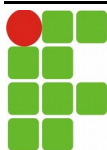


Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA

ESCRITURA PÚBLICA DO *CAMPUS* DE LUZERNA

POR RAZÕES TÉCNICAS A ESCRITURA **PÚBLICA DO *CAMPUS* DE LUZERNA** ENCONTRAM-SE A DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS JUNTO A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO IF CATARINENSE – CAMPUS LUZERNA, OU NO SITE [HTTP://WWW.LUZERNA.IFC.EDU.BR](http://www.luzerna.ifc.edu.br) – ADMINISTRATIVO – DAP - LICITAÇÕES – PREGÃO ELETRÔNICO – PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 0004/2016





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA

ESCRITURA PÚBLICA DO *CAMPUS* DE SÃO FRANCISCO DO SUL

POR RAZÕES TÉCNICAS A ESCRITURA **PÚBLICA DO *CAMPUS* DE SÃO FRANCISCO DO SUL** ENCONTRAM-SE A DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS JUNTO A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO IF CATARINENSE – CAMPUS LUZERNA, OU NO SITE [HTTP://WWW.LUZERNA.IFC.EDU.BR](http://www.luzerna.ifc.edu.br) – ADMINISTRATIVO – DAP - LICITAÇÕES – PREGÃO ELETRÔNICO – PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 0004/2016





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

ANEXO VI DO TERMO DE REFERÊNCIA

ESCRITURA PÚBLICA DO *CAMPUS* DE FRAIBURGO

POR RAZÕES TÉCNICAS A ESCRITURA PÚBLICA DO **CAMPUS DE FRAIBURGO** ENCONTRAM-SE A DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS JUNTO A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO IF CATARINENSE – CAMPUS LUZERNA, OU NO SITE [HTTP://WWW.LUZERNA.IFC.EDU.BR](http://www.luzerna.ifc.edu.br) – ADMINISTRATIVO – DAP - LICITAÇÕES – PREGÃO ELETRÔNICO – PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 0004/2016



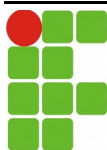


Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

ANEXO VII DO TERMO DE REFERÊNCIA

ESCRITURA PÚBLICA DO *CAMPUS* DE IBIRAMA

POR RAZÕES TÉCNICAS A ESCRITURA **PÚBLICA DO *CAMPUS* DE IBIRAMA** ENCONTRAM-SE A DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS JUNTO A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO IF CATARINENSE – CAMPUS LUZERNA, OU NO SITE [HTTP://WWW.LUZERNA.IFC.EDU.BR](http://www.luzerna.ifc.edu.br) – ADMINISTRATIVO – DAP - LICITAÇÕES – PREGÃO ELETRÔNICO – PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 0004/2016



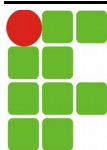


Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

ANEXO VIII DO TERMO DE REFERÊNCIA

ESCRITURA PÚBLICA DO *CAMPUS* DE VIDEIRA

POR RAZÕES TÉCNICAS A ESCRITURA **PÚBLICA DO *CAMPUS* DE VIDEIRA** ENCONTRAM-SE A DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS JUNTO A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO IF CATARINENSE – CAMPUS LUZERNA, OU NO SITE [HTTP://WWW.LUZERNA.IFC.EDU.BR](http://www.luzerna.ifc.edu.br) – ADMINISTRATIVO – DAP - LICITAÇÕES – PREGÃO ELETRÔNICO – PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 0004/2016



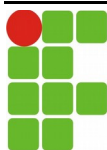


Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

ANEXO IX DO TERMO DE REFERÊNCIA

ESCRITURA PÚBLICA DA REITORIA

POR RAZÕES TÉCNICAS A ESCRITURA **PÚBLICA DO CAMPUS DA REITORIA** ENCONTRAM-SE A DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS JUNTO A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO IF CATARINENSE – CAMPUS LUZERNA, OU NO SITE [HTTP://WWW.LUZERNA.IFC.EDU.BR](http://www.luzerna.ifc.edu.br) – ADMINISTRATIVO – DAP - LICITAÇÕES – PREGÃO ELETRÔNICO – PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 0004/2016





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

ANEXO II – PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 0004/2016

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX/2016

PROCESSO Nº 23475.000317/2016-31

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

A **UNIÃO**, por intermédio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – **Campus Luzerna**, ente autárquico, com sede na **Rua Vigário Frei João, 550** – Bairro Centro na cidade de Luzerna – SC, CEP 89609-000., Fone: (49) 3323 4300, inscrita no CNPJ/MF sob nº. **10.635.424/0008-52**, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu Diretor, Senhor (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX), brasileiro, (XXXXXX), residente e domiciliado na (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX) Cidade de (XXXXXXXXXXXXXXXXX), CEP 89051-000, CPF nº(XXX.XXX.XXX-XX), RG nº. (XXXXXXXXXXXXXXXXX), nomeado pela Portaria nº (XXXX), de XX/XX/XXXX, publicada em XX/XX/XXXX, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº (XXXX), de XX/XX/XXXX, publicada em XX/XX/XXXX.

Nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; do Decreto nº 7.892, de 2013; do Decreto nº 3.555, de 2000; do Decreto nº 5.450, de 2005; do Decreto nº 3.722, de 2001; do Decreto nº 2.271, de 1997; da Instrução Normativa nº. 2 de 11/10/2010 do MPOG, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 1993, e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 0004/2016**, conforme Ata publicada em XX/XX/XXXX e homologada pelo XXXX; resolve:

REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir enumerados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa XXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXX, com sede na XXXX, CEP XXXX, no Município de XXXX, neste ato representada pelo(a) Sr(a). XXXX, portador(a) da Cédula de Identidade nº XXXX e CPF nº XXXX, cuja proposta foi classificada em XX lugar no certame.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto desta Ata é o registro de Preços para eventual **Contratação de empresa(s) especializada(s) para a realização de serviço de sondagem do solo a percussão com ensaio *Standard Penetration Test* (SPT)**, visando a determinação da estratigrafia e classificação do solo, a posição do nível d'água e a medida de índice de resistência à penetração NSPT, de acordo com a norma ABNT NBR 6484/2001 e demais pertinentes, nos terrenos destinados à ampliação e implantação de edifícios no Instituto Federal Catarinense – Reitoria, *Campus Luzerna*, *Campus Camboriú*, *Campus São Francisco do Sul*, *Campus Fraiburgo*, *Campus Ibirama* e *Campus Videira*, conforme especificações constantes do **Termo de Referência – Anexo I**, demais condições deste edital e de acordo com os itens, quantidades e valores estabelecidos abaixo:

ITE M	QTD	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
XX	XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXX	XXXXXXX





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

		XXXXX		
--	--	-------	--	--

1.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1 O órgão gerenciador desta Ata de Registro de Preços será o **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Câmpus Luzerna** e as outras instituições relacionadas no Edital do Pregão eletrônico de Registros de Preços nº13/2015, serão órgãos participantes.

2.1.1 Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do SRP de acordo com o Decreto 7.892/2013, em especial seu Art. 5º, e ainda o seguinte:

2.1.1.1 Providenciar a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;

2.1.1.2 Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

2.1.1.3 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de servidor designado, nos termos da art.67 da lei nº. 8.666/93;

2.1.1.4 Permitir o acesso de funcionários da Contratada, devidamente credenciados, às dependências do IF Catarinense ou dos Órgãos Participantes e a dados e informações necessários ao desempenho das atividades previstas;

2.1.1.5 Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao serviço que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;

2.1.1.6 Relacionar-se com a empresa exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

2.1.1.7 Assegurar-se que os preços contratados estão compatíveis com os praticados no mercado de forma a garantir que os mesmos continuem mais vantajosos para o IF Catarinense.

2.1.1.8 Notificar, por escrito, à Contratada a ocorrência de quaisquer imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

2.1.1.9 Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem ônus para o IF Catarinense – Campus Luzerna e demais instituições (Órgãos Participantes), se executados em desacordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência;

2.1.2 Caberá aos Órgãos Participantes o cumprimento do Decreto 7.892 de 23/ 01/2013, em especial seu Art. 6º, inclusive, indicar o gestor do contrato, ao qual além das atribuições previstas no Termo de Referência e no art. 67 da Lei nº 8.666/93, compete:



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

2.1.2.1 Promover consulta prévia junto ao Órgão Gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

2.1.2.2 Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

2.1.2.3 Zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações assumidas, e também, em coordenação com o Órgão Gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas;

2.1.2.4 Informar ao Órgão Gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas no edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à execução do objeto contratado e a recusa do mesmo, se for o caso, em receber a Nota de Empenho ou assinar o contrato;

2.1.2.5 Os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade de contratação, recorrerem ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda a indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

2.2 Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto 7.892/2013 e na Lei nº 8.666/93.

2.2.1 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

2.2.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as disposições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

2.2.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

2.2.4 As adesões de que trata o art. 22 do Decreto 7.892/2013, se houver, não excederão, na totalidade, **ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado** na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

2.2.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

2.2.6 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

2.2.7 É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Federal.

2.2.8 Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, conforme art. 7º do Decreto 7.892/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, no período de xx/xx/2016 a xx/xx/2017.

CLÁUSULA QUARTA – DA REVISÃO E CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

4.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

4.2.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

4.2.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

4.2.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.3.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

4.3.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4.4 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

4.5 Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

4.6 O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

4.6.1 Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

4.6.2 Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.6.3 Não aceitar reduzir o preço registrado, nos termos desta Ata;

4.6.4 Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

4.6.5 Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

4.6.6 Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.7 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificado e comprovado.

4.8 Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

5.1 A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2 As condições de fornecimento constam no Termo de Referência e nesta Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

5.3 O Órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para comunicar o recebimento e/ou para efetuar a retirada da Nota de Empenho de despesa ou instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

5.3.1 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

5.4 Antes da emissão da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, a Contratante realizará consulta “on line” ao SICAF e aos demais sítios oficiais da(s) autoridade(s) administrativa(s) vinculada(s) especificados no edital, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

5.5 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.

5.6 Durante a vigência do contrato, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

6.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1 Os prazos e as condições da aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado conforme previsão contida no Instrumento Convocatório.

CLÁUSULA NONA – DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DO OBJETO

9.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o [§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993](#), conforme o § 1º do art. 12 do Decreto 7.892/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1 O fornecimento do objeto da presente Ata de registro de preços será acompanhado e fiscalizado por servidor designado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Câmpus Luzerna, que anotará em registro próprio as ocorrências relacionadas com a entrega, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

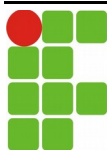
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

11.1 A disciplina das sanções são as previstas no Instrumento Convocatório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Será anexada a esta Ata uma cópia do Termo de Referência.

12.2 Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexos do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº **0004/2016** e a proposta da empresa.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

12.3 Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 5.450, de 2005, do Decreto nº 3.555, de 2000, do Decreto nº 7.892, de 2013, da Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 3.722, de 2001, do Decreto nº 2.271, de 1997, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

12.4 As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Joaçaba/SC, Subseção Judiciária de Joaçaba, Seção Judiciária de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro.

E para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor e forma, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e pelas testemunhas abaixo assinadas que a tudo assistiram.

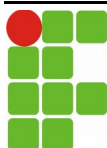
Luzerna/SC, xx de xxxx de 2016

Representante do Órgão

Representante da Empresa

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

ANEXO III - PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) N° 0004/2016

PROCESSO N° 23475.000317/2016-31

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

[EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA]

Razão Social: _____

CNPJ _____

Endereço _____

Fone/Fax _____ e-mail _____

Banco, a Agência e número da Conta Corrente: _____

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
TOTAL					

Declaramos que o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias a partir da entrega definitiva da proposta, nos termos do edital.

Declaramos que os preços apresentados são absolutamente líquidos, já incluídos todos os custos, diretos ou indiretos inerentes ao objeto, como salários, tributos, encargos sociais, fretes, material, dentre outros, nos termos do edital.

DATA: ____ / ____ /2016.

ASSINATURA/ CARIMBO EMPRESA





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

**ANEXO IV - PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 0004/2016
PROCESSO Nº 23475.000317/2016-31**

**DECLARAÇÃO DE VISTORIA / NÃO VISTORIA
(documento obrigatório para habilitação da empresa)**

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaro, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº **04/2016** que a empresa (XXXXXXXXXXXXXXXXXX), inscrita no CNPJ/MF sob nº (XXXXXXXXXXXXXXXXXX), sediada na (XXXXXXXXXXXXXXXXXX), representada pelo Sr. (XXXXXXXXXXXXXXXXXX), vistoriou as áreas onde serão executados os serviços, para tomar pleno conhecimento de suas instalações e das dificuldades que os serviços possam apresentar no futuro.

(XXXXXXXXXXXXXXXXXX), em (XX) de (XXXXXXXXXXXXXXXXXX) de (XXXX)

Servidor do órgão

Declaro que me foram apresentadas às áreas e instalações, com acesso a todos os locais e detalhes necessários para a elaboração da proposta comercial, tendo sido fornecidas as informações e esclarecimentos inerentes a esta vistoria, por mim solicitados.

Assinatura do Representante da Licitante

Nome: (XXXXXXXXXXXXXXXXXX)

Cédula de Identidade: (XXXXXXXXXXXXXXXXXX)

(XXXXXXXXXXXXXXXXXX), em (XX) de (XXXXXXXXXXXXXXXXXX) de (XXXX)

DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA

Declaro que a empresa XXXXXXXXXXXXX, CNPJ XXXXXXXX, optou por não vistoriar o local de execução dos serviços objeto do Pregão Eletrônico 04/2016 – **UASG 152663**, estando ciente das especificações técnicas e todas as demais exigências para a realização dos serviços licitados, não podendo alegar desconhecimento das condições de operação e realização dos mesmos.

Assinatura do Representante da Empresa

Nome: (XXXXXXXXXXXXXXXXXX)

Cédula de Identidade: (XXXXXXXXXXXXXXXXXX)

(XXXXXXXXXXXXXXXXXX), em (XX) de (XXXXXXXXXXXXXXXXXX) de (XXXX)

